

# REVISTA MILITAR

Administração — Largo da Anunciada, 9 — Lisboa

N.ºs 10 e 11

Outubro e Novembro de 1922

Ano LXXIV

Director, proprietário e editor — Empresa da *Revista Militar*  
Composição e impressão na TIPOGRAFIA DA EMPRESA DIÁRIO DE NOTÍCIAS  
Rua do Diário de Notícias, 78 — Lisboa

## O general Fernando Larcher

A *Revista Militar* regista mais uma dolorosa baixa na corporação dos seus membros com a morte do general Fernando Larcher, que vem juntar-se às perdas tão sensíveis que ultimamente a teem enlutado.

Faltam-nos dados para uma biografia pormenorizada do illustre extinto, mas o nosso intento ao traçar estas linhas é menos esboçar a história de uma vida que se apagou, do que manter a nobre e inalteravel tradição da *Revista*, de respeito e carinho pelos seus mortos. De resto, — banal parece repeti-lo, — as biografias só podem fazer-se muito tempo depois de cerrada a louza sepulcral, porque os homens, para serem julgados com imparcialidade, teem de ser vistos de longe.

Fernando Larcher, presidente da assembleia geral da *Revista Militar*, foi modesto e por assim dizer obscuro e apagado no seu passamento como em toda a sua vida. Dotado de uma memória felicissima, estudioso por indole, com uma vasta erudição, só conhecida e apreciada pelos que com êle privaram, Fernando Larcher não deixou nenhuma obra à altura das suas aptidões, porque o seu espirito, abraçando uma cultura muito variada, e cultivando com igual carinho as humanidades e as sciências, não se fixava talvez em assunto nenhum o necessário para dêle ter inteira posse e trata-lo em qualquer grande livro que lhe perpetuasse a memória.

A sua predilecção, se alguma tinha, era talvez pela história e em especial pela história pátria, que lhe ficou

devido a publicidade, na Revista do Exército e da Armada, de alguns documentos importantes, que encontrou, esquecidos e desaproveitados, na biblioteca do ministério da guerra.

Nos últimos tempos a transformação social, que nuns países se vai operando revolucionariamente e noutros por uma forma mais ou menos ordeira, interessava-o muito, lendo atentamente nos mais notáveis publicistas as questões derivadas das relações do trabalho e do capital, as reivindicações das classes chamadas trabalhadoras, os direitos dos intelectuais, o espirito socialista no govêrno das nações e muitas outras questões de palpitante interêsse.

Deixou muito cedo o serviço activo, Fernando Larcher, talvez para mais facilmente saciar as tendências do seu espirito, sem ter desempenhado qualquer cargo de verdadeira responsabilidade, que parecia repugnar-lhe. De resto, a sua passagem pela politica, a que o levou o pariato, logrado por hereditariedade, foi nobre, desinteressada, independente.

\*

\* \* \*

Fernando Larcher sentou praça como voluntário no regimento de cavalaria n.º 2 em junho de 1875, entrando pouco depois na antiga Escola do Exército, onde foi premiado nos dois anos do curso da sua arma, sendo promovido a alferes graduado em janeiro de 1879, a efectivo em 1884, a tenente em 1886, a capitão em 1894, a major em 1906, a tenente-coronel e a general da reserva em 1910.

As comissões que desempenhou na sua longa carreira militar foram as que mais se harmonizavam com a sua indole estudiosa: foi professor da classe de sargentos em anos sucessivos; teve a incumbência de proceder à escolha e classificação dos livros e documentos existentes no arquivo do Ministério da Guerra, discriminando os que deviam ser conservados ou inutilizados e ainda, de entre os primeiros, quais os que conviria publicar; foi membro da comissão encarregada de elaborar o plano da organização duma biblioteca central militar bem como o programa e orçamento duma publicação periódica de character official, em 1894; per-

tenceu, como vogal, à comissão incumbida de apreciar os manuscritos para compêndios nas aulas regimentais.

Fernando Larcher pertenceu à direcção da Revista do Exército e da Armada, onde colaborou com a publicação dos documentos históricos a que acima aludimos; e em 1905, quando aquele periódico se fundiu com a *Revista Militar*, passou a ser membro da nossa emprêsa, que tinha por êle a estima e o aprêço de que as primorosas qualidades do seu character o tornavam credor, elegendo-o nos ultimos anos presidente da sua assembleia geral.

---

## Martirologio da audácia

*...e porque devo ao Exército quanto sou e valho, não me são indiferentes, nem os seus esplendores, nem as suas desventuras*<sup>1</sup>

GENERAL MORAIS SARMENTO.

Quando, há pouco mais dum mês, visitei a *Escola Militar de Aviação*, na Granja do Marquês para assistir à aprendizagem dos futuros pilotos, não podia pensar que tão breve nas páginas desta *Revista Militar*, e exprimindo o sentimento de

---

<sup>1</sup> Transcrevemos a comovida carta que o ilustre e eminente director desta Revista, sr. General Moraes Sarmiento enviou ao director da *Escola Militar de Aviação*.

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Major Cifka Duarte:—Chega-me a noticia dum grande desastre, ocorrido no glorioso serviço que V. Ex.<sup>a</sup> tão proficientemente dirige. Embora retirado dos quadros activos, e porque devo ao Exército quanto sou e valho, não me são indiferentes, nem os seus esplendores, nem as suas desventuras. Embriago-me com aqueles, soffro com estas no isolamento do meu gabinete de trabalho.

Aqui tem V. Ex.<sup>a</sup> explicado o motivo porque venho, se a noticia é certa, dizer-lhe que soffro tanto mais com ela quanto me dizem haver sido uma das vitimas um dos meus antigos educandos, que honrava o Estabe-

quantos nesta casa trabalham, deveria traçar as descoloridas palavras de saudade pelos dois jovens camaradas caídos das alturas, tombados em vôo de glória, quando sulcavam com a rapidez do seu aeroplano os ares imensos do seu sonho e do seu magnífico desprendimento! Espíritos ardentes, arrastados pela grandeza do Infinito, azul de esperança, almas puras de heroicidade e de futuro, êles, os aviadores, os dois gloriosos mortos — tenentes Ulisses Alves e Fernandes de Oliveira — perscrutaram numa visão de predestinados a Aurora de Liz, que o aniquilamento dos seus corpos traria aos seus decididos companheiros da sacrossanta e risonha aventura.

Aqueles que assim fizeram da vida o instante fugidio e o acaso amortecido pelos fulgores do Passado de sacrifício e de devoção e pela ânsia dum Futuro, que seja a esplêndida herança legada no Livro de Ouro da Nacionalidade, souberam viver uma existência superior e do seu exemplo ficou perdurável recordação. São símbolos de energia, expressões máximas de fôrça de vontade, querendo com pertinácia, ambicionando com Fé, castigando galhardamente os que vivem absorvidos e ocultos no seu miserável egoismo.

Palavras breves, mas duma profunda sinceridade, que possam corresponder ao enternecido respeito pela Verdade, que êles vêm na sua sublime significação, merecendo dos que foram seus camaradas e que os não podendo acompanhar por essa estrada bela de Luz, que êles pretendem dominar com a sua audácia, os seguem devotadamente.

Na *Escola Militar de Aviação* há uma pequena sala que é um altar desta religião, que nos une e congraça sem diver-

---

lecimento donde procedia e de que eu era chefe. A qualquer outra vítima, que possa haver, eu igualmente dispenso toda a minha saudade.

Queira V. Ex.<sup>a</sup> honrar-me, comunicando aos meus Camaradas e seus subordinados as homenagens cordiais do meu pesar pelo desgosto que acabam de sofrer, tomando V. Ex.<sup>a</sup> para si próprio a importante parte que lhe é devida e considere-me como de V. Ex.<sup>a</sup> Camad.<sup>a</sup>, Adm.<sup>o</sup> At.<sup>o</sup> e Obr.<sup>o</sup>

Sintra — 17-X-922

a) JOSÉ ESTEVÃO DE MORAIS SARMENTO  
Gen. de div.

Publicada no importante jornal de Lisboa — *Diario de Noticias*.

gências irreduzíveis — a Religião da Pátria. Aí vou sempre que visito êsses rapazes de uma mocidade perene, duma alegria comunicativa. Aí vou num estremecimento de viva emoção, num juramento de que cumprirei com lealdade e dedicação extrema os deveres que o sentimento de português me impõe. Estão aí os retratos dos Mártires da nossa decidida aviação. É a galeria dos nossos Homens do Ar.

Aí estão aqueles que caíram durante a Grande Guerra no cumprimento do nobilíssimo dever militar, sacrificando-se para que honrassemos os nossos tratados de aliança e fosse respeitada a nossa Soberania: *Monteiro Torres*, incorporado numa esquadrilha francesa, perseguindo em traço épico de resolução os aeroplanos inimigos, arrastado pelo seu temperamento de fogo e caindo em combate aéreo numa apoteose de glória: *Azevedo de Vasconcelos*, valoroso oficial da nossa marinha de guerra, que se ocultou eternamente nesse Mar imenso da sua fantasia, tendo momentos antes pedido socorro para Santos Moreira, o antigo e briosíssimo oficial da Armada, que partira no cumprimento da mesma missão de defesa das nossas costas; *Gorgulho*, tombado, envolvido nas chamas que devoraram o seu avião, quando nessa áspera campanha de Moçambique galhardamente desempenhava o seu papel de soldado heroico.

Nessa Sala, templo dos nossos Aviadores, onde a religião de cada um os leva a murmurar uma prece ao seu Deus, estão: *Martins de Lima*, o cavaleiro de rija têmpera, caracter impoluto, alma heroica das nossas campanhas do Sul de Angola; *Ramires*, o capitão de infantaria, que em África e na França comandou com devoção os seus soldados, arrastando-os, tornando-lhes suave a disciplina, inculcando-lhes o sentimento do dever e que depois, talvez cansado dêsses longos meses de permanência nas trincheiras, quis ver e sentir a grandeza do espaço; *Caseiro*, o joven oficial da nossa Armada, que no mesmo reconhecimento e no cumprimento do mesmo dever de disciplina e de ordem, procurava com *Martins de Lima* cooperar na sufocação duma revolta e evitar que vencessem os derrotistas, aqueles que contrariavam a nossa intervenção militar na Grande Guerra e que sacrilegamente, porque foram infelizmente para a nossa terra portuguesa os dominadores, esqueceram os Gloriosos Soldados das

Trincheiras da Flandres. Os três mortos nas nossas lutas internas, em que consumimos a exuberância de vida tão necessária à obra de progresso material e de ressurgimento moral da República.

Vêm depois aqueles que caíram do mesmo céu de tranquilidade, da mesma imensidade de sonho, subjugados por um golpe de vendaval ou por um cansaço do motor, os decididos e valentes Náufragos do Ar, que antes com recursos sempre minguados, como êsses audazes navegadores das caravelas do nosso Mar, procuraram com as tradições dêsses feitos magníficos tornar bem nosso o Espaço infinito, que cerca Portugal. São: *D. Luís de Noronha*, o precursor da nossa navegação aérea; *Castilho Nobre*, o querido amigo, que nunca conhecia dificuldades com a sua energia dominadora e o seu querer de aço; *Gonzaga*, o destemido e belo herói das trincheiras, que em dezenas de episódios dum rasgo legendário se tornou a figura leonina do nosso sector na Flandres e que depois, loução cavaleiro do Ar, caiu, porque o seu esplêndido corcel se gastou em correrias de Ideal; finalmente *Jones da Silveira* e *David Simões*, dois novos, saídos das escolas e a quem o Destino cortou rápidamentee as estradas aéreas que tão galhardamente começavam a singrar.

Finalmente, não! Mais dois nomes entram nêsse Altar de Glória — *Ulisses Alves*, Cruz de Guerra de França e de Portugal e *Fernandes de Oliveira*. Êste último não era aviador, mas certamente êsses Homens do Ar, sempre tão generosos, o quererão inscrever como Aviador Honorário, pois que a mesma ânsia de fantasia e a mesma aspiração de liberdade irmanava as suas almas.

Que élos tão fortes ligam os nossos aviadores! Todos êles tinham os olhos rasos, as suas almas vibrando de dolorosa emoção, quando foram enterrar num coval estreito e sem luz os despojos materiais dos seus dois últimos Irmãos. Senti que não era a dôr de os vêr desaparecer do seu convívio franco e leal, que os magoava!

Um aviador não morre! Era a aflição de vêr desaparecer debaixo da terra húmida os corpos, que tombaram da altura, que os compungia. Êles sonham um magnífico túmulo suspenso no Ar, querendo ainda que a Morte os consuma em plena liberdade, que a matéria voeje ainda em partículas in-

visíveis. As suas lágrimas tão comovidas eram o juramento de que realizariam o seu sonho, de que voltariam aos ares e aí batalhariam, quando fosse necessário, pela Independência da Pátria.

Comovidamente ajoelhavam os seus espíritos perante esses dois novos Santos do seu grandioso martiriológico da audácia!

HENRIQUE PIRES MONTEIRO

Ten. Cor. do C. E. M.

---

# Um estudo militar<sup>1</sup>

## Primeira parte

Princípios genéricos relativos à constituição orgânica do Exército e à defesa nacional

---

### I

Exposémos já a série de comissões e organismos militares criados para solucionarem as questões que interessavam à nossa defesa nacional; da mesma maneira esboçámos as contínuas organizações do exército que, em curto espaço de tempo, se têm sucedido quasi improdutivamente; resta-nos ainda, como apoio do critério que mantemos, apresentarmos, mui sumariamente também, as divergências de opinião e pontos de vista diferentes, não só das entidades que oficialmente foram chamadas a emitir o seu parecer sobre a defesa do país — organismos que, repetimos, não disposeram dos necessários meios de acção — mas também das individualidades que, pela sua reconhecida competência, publicamente trataram de tão magna questão...

Não vai longe ainda o tempo em que se preconizava o processo defensivo de aguardarmos o inimigo na fronteira,

---

<sup>1</sup> Vide *Revista Militar* de Setembro último.

oferecendo-lhe a batalha. Mas como a linha fronteira é demasiado extensa e aberta em muitos pontos,—o esforço a empregar seria sobrehumano, o despêndio colossal, e os resultados práticos bastante problemáticos, se não de lamentáveis consequências.

No entanto, escreveram-se muitas memórias, muitos estudos foram feitos, muitos planos se elaboraram, muitos levantamentos topográficos se executaram—para afinal esta concepção ser posta de lado, como inaceitável e prejudicial.

Veio ainda por esse tempo à tela da discussão, se conviria, logo após o início das hostilidades, não, o aguardar o inimigo na fronteira, mas sim, o irrompermos pelo seu território, dentro de uma zona aproximadamente de 40 léguas de profundidade, e só retrogradarmos quando as circunstâncias a isso forçassem. Tal retirada deveria, todavia, realizar-se metodicamente e sem nos afastarmos das nossas bases de operações.

Esta, como a anterior hipótese, mereceu o consumo de muitas resmas de papel, dispêndio de muitas horas de estudo, traduzido em grossos volumes que, por então, apareceram à luz da publicidade.

Como a outra concepção foi esta, pois, posta também de parte.

Curta pausa houve; e logo surgiu a idea de fortificar convenientemente o triângulo estratégico do curso superior do Mondego—Guarda, Celorico e Trancoso—com um campo entrincheirado, pelo menos, em Celorico, considerado a chave do vale.

Vários estudos foram da mesma maneira efectuados; executaram-se exercícios com tropas nas proximidades daqueles pontos; escreveu-se ainda muito, muitas memórias... e, por fim, a breve trecho, este plano emudeceu;—como igualmente falhou a construção de um campo entrincheirado no alto Alentejo, e sobre o qual também se registaram muitos estudos, muitas memórias, muitos trabalhos...

E, todavia, em tanto que se escreveu, em tantas e tão variadas opiniões, em tanta diversidade de concepções, em tantos planos e projectos concebidos—que de tanto haveria a aproveitar e utilizar para um valorizado e profícuo estudo da nossa defesa nacionaj, se tivesse havido uma bem orien-



tada directriz, vincada em um programa firmemente traçado!...

Não nos furtaremos ao desejo de aqui mencionarmos alguns desses valiosos trabalhos, dentre os tantos estudos publicados. Entre êles, avultam—além da Memória do general Silva Costa, a que já fizemos alusão—os trabalhos: de Silva Bruschy, na sua obra *Portugal e o seu exército*; o do nosso engenheiro militar Osório de Vasconcelos, nos seus *Estudos sobre a defesa do país*; as *Meditações militares*, do coronel Cunha Viana; *Esbôço sobre a defesa do país*, do general Chelmich; e os de tantos outros que dedicadamente facultaram à sua pátria os frutos de longas horas de vigílias e de perseverante estudo.

É certo encontrarem-se em tais trabalhos divergências de critério e fundas discordâncias de princípios—o que não surpreende; e tanto mais, que isto mesmo se observa, por vezes e pelo decorrer do tempo, a dentro duma mesma individualidade.

A grande lei da evolução obriga a modificar antigas proposições, que foram expostas em obediência às regras do seu tempo:—E é de dizer, que não são êstes, certamente, os menos conscienciosos obreiros, e os não menos meritórios cooperadores dos empreendimentos objectivados.

Haja em vista os trabalhos de uma das maiores intellectualidades que teve o nosso corpo de estado maior—Sebastião Teles.

Em 1884, publicava êste ilustrado official a sua obra intitulada *A fortificação e a defesa do país*, apresentando nela o seguinte dispositivo de fortificações:

«Para a defesa terrestre:

1.º—Lisboa.—(centro da defesa)—Protegida nas duas margens do Tejo por dois campos entrincheirados, compreendendo, cada um dêles—um largo recinto interior que obrigasse, para o seu ataque, artilharia de sítio; e uma linha de fortes destacados, distantes daquele, de maneira a circunscrever uma vasta zona, não só para abrigo, mas para servir de teatro de operações;

2.º—Na zona de defesa concentrada—Sobre cada frente atacável, um campo entrincheirado com bases ofensivas;—campo provisório em Coimbra, para operações ao norte do

Mondego; e permanente em Tancos, para as da Beira Baixa e Alentejo;

3.<sup>o</sup> — Santarem — Uma dupla testa de ponte, constituindo um campo entrincheirado e permanente, para impedir a passagem do Tejo e concorrer, com o anterior, para a defesa da península de Setubal;

4.<sup>o</sup> — Um sistema de fortes «d'arret» — interceptando as vias férreas e outras comunicações importantes;

5.<sup>o</sup> — Em cada zona de invasão — Um campo entrincheirado provisório, como apoio às operações defensivas na fronteira: Porto, para o Norte; Celorico ou Guarda, para a Beira Alta; Extremoz, ou outro ponto a indicar, para o Alentejo.

Para a defesa marítima:

1.<sup>o</sup> — Fortificações dos portos de Lisboa e Setubal — ligadas com as terrestres;

2.<sup>o</sup> — Fortificações marítimas em Cascais, Peniche e Porto;

3.<sup>o</sup> — Sistema de pequenos fortes em todos os pontos de desembarque, onde fossem empregados os torpedos;

4.<sup>o</sup> — Defesa marítima móvel, especialmente nos portos de Lisboa, Setubal e no curso inferior do Tejo;

5.<sup>o</sup> — Barrar as estradas que seguem os flancos da serra de Montejunto, nos desfiladeiros de Alhandra, Bucelas, Montachique e Mafra, e estabelecer um pequeno campo entrincheirado no planalto de Alqueidão.

Dez anos decorreram, apenas, sôbre o trabalho a que vimos aludindo — e o ilustrado e consciencioso oficial, Sebastião Teles, dando conta dos progressos da artilharia e da descoberta de novos explosivos, apressa-se a corrigir o programa concebido apresentando, em novo estudo, as alterações a fazer, e, principalmente, as modificações precisas ao tipo geral de fortificações, que êle preconizava em 1884.

Assim:

«Para a defesa terrestre:

1.<sup>o</sup> — Só em — Lisboa — se deve adoptar a fortificação permanente;

2.<sup>o</sup> — Tancos e Santarem — Deve ser provisória, como se propôs para Coimbra;

3.<sup>o</sup> — O emprêgo de fortes «d'arrêt» — Deve ser abandonado, substituindo-se pelo sistema de «observação» pelas tro-

pas, e pela destruição metódica das vias de comunicação mais importantes;

4.<sup>o</sup> — Os campos entrincheirados provisórios, fóra da zona concentrada — Devem ser substituídos por «posições defensivas», reforçadas pela fortificação de campanha.

Mas, após êstes alvitres, Sebastião Teles aconselha ainda modificações mais radicais: — A substituição da fortificação permanente pela provisória; e esta, mais ou menos, pela de campanha.

Assim: em Lisboa, julga conveniente adoptar-se a fortificação provisória; em Coimbra considera-a nos casos de ser abandonada; e para Tancos e Santarém, frisa — que só um estudo detalhado das operações de defesa é que deve registrar se convém aí abandonar a fortificação ou mantê-la.

Para a defesa marítima.

Continúa sustentando que — o porto de Lisboa tem de ser defendido por «todos» os meios, empregando-se para isso a fortificação permanente, com todos os seus recursos. Enquanto aos outros pontos, é agora de opinião que não devem ser fortificados; e, relativamente, aos pequenos fortes nos pontos de desembarque, julga-os dispensáveis, bem como os fortes «d'arrêt».

Finalmente aconselha, sendo possível, a defesa movel.

Deriva, do que vimos a breves traços sumariando:

- 1.<sup>o</sup> — Que no curto espaço de 10 anos, o ilustrado e inteligente official, que foi S. Teles, modificou radicalmente o seu modo de encarar a defesa do país, sob o ponto de vista da fortificação a adoptar;
- 2.<sup>o</sup> — Que êste official em antagonismo se encontra com outros seus camaradas — também considerados e apreciados pelos seus trabalhos — em pontos vários, tais como: — o da «defesa concentrada»; o do estabelecimento de «duas bases de operações» (de que adiante mais detalhadamente nos ocuparemos); no depositivo das linhas defensivas em torno da capital.
- 3.<sup>o</sup> — Que em diferentes passagens da sua apreciada obra, S. Teles, regista, como de capital importância, o estudo atento das questões militares, para não caírmos no mesmo erro em que se incorreu com as fortificações terrestres de

Lisboa — em que «se estudou pouco e se construiu precipitadamente».

- 4.º — Que êste mesmo official é de opinião: — «O estudo da fortificação do país, como o de preparação da guerra, deve ser cometido a uma *Direcção Superior Única*, aproveitando-se os *serviços do Estado Maior*.

Coerente com êstes seus pontos de vista, o general S. Teles deu o seu voto favoravel á proposta de lei que, em 1906, constituia o «Supremo Conselho de Defesa Nacional», com as amplas atribuições *deliberativas* que lhe eram conferidas. •

\*

\* \* \*

Os mais violentos ataques, dirigidos contra esta proposta de lei, e em cujos debates entraram os mais brilhantes oradores, tanto da classe civil como da militar com assento nas duas casas do parlamento — incidiram, principalmente, sôbre os seguintes pontos:

a) Os ministros da guerra, ou marinha, não concordando com as decisões do aludido «*orgão*» seriam forçados a perfi-lharem o critério dêsse Supremo Conselho? — Sendo assim, não ficariam os mesmos ministros numa situação deprimente, aceitando e sendo obrigados a dar execução a questões militares sôbre que tenham pontos de vista diferentes?

b) Dadas as atribuições do mencionado «*orgão*», não poderia qualquer dos referidos ministros apresentar, por sua iniciativa própria, qualquer projecto de lei que interessasse á orgânica do exército, da armada, ou das tropas coloniais? E, no caso do Supremo Conselho não concordar, por seu turno, com tais propostas, como proceder para que o prestígio do poder executivo não ficasse gravemente affectado? . . .

Antes de mais nada — forçoso é apresentar a questão nos seus verdadeiros termos — e que o debate, por êsse tempo, trouxe igualmente á tela da discussão:

Tal «*Orgão*» não tinha — nem nunca deve ter, acrescentaremos nós — funções consignadamente *imperativas*.

E se assim era, — pois que tudo o que implicasse «alteração á lei orgânica» ou a «créditos para ocorrer a despesas»

(uma das bases propostas), ficaria dependente da aprovação das Camaras legislativas — a questão patenteava-se com toda a nitidez e sem margem a dúvidas, a complicação ou a susceptibilidades mal cabidas e impróprias...

O facto de qualquer dos ministros aludidos, não concordar com as decisões do Supremo Conselho não o inibiria de, na ocasião em que elas fossem submetidas á sanção parlamentar, êle, ministro, e com assento e voz nas Camaras, expozesse aí, o que sôbre o assunto se lhe oferecesse.

Dêste modo, seria ainda facilitada a acção parlamentar, que assim disporia de mais elementos basilares, em que assentar doutrina.

O parlamento, pois, julgaria e assumiria perante o país, a inteira e completa responsabilidade do pleito que, porventura, surgisse.

Susceptibilidades!... Melindres!... Situações deprimentes!... Não há que as haver...

Não era o ministro, não era o Supremo Conselho que «imperava», — mas sim o parlamento que, no uso pleno das amplas atribuições que a Constituição politica lhe confere, estabeleceria matéria legislativa, a que todos temos que nos submeter...

Além disto, em nosso critério, o ministro nunca se deprime, nem se amesquinha, consultando os técnicos e submetendo-se ás suas deliberações — mórmente sendo êles, camaradas seus categorizados.

Sob um outro aspecto foi ainda apreciada, em 1906, a criação do mencionado Supremo Conselho de Defesa Nacional:

«Era um novo poder de Estado que se ia estabelecer, — dizia-se, — visto que se lhe attribuía funções taxativamente deliberativas. E assim, não só se feria a Constituição politica do país, mas ainda se designava aos ministros um papel bem deprimente, convertendo-os em meros portadores ou executores das deliberações do aludido «*orgão*».

O usurpar, êsse Supremo Conselho, as atribuições dos poderes constituídos do Estado, péca por fundamento — porquanto êle era forçado a sujeitar as suas deliberações à sanção do parlamento, desde que importassem — como vimos — alterações à lei orgânica, ou affectassem a lei orçamental; isto é, a êsse «*Orgão*» era-lhe restringida a sua acção, e obrigan-

do o a realizar os seus trabalhos, a dentro das estabelecidas concessões parlamentares.

Pelo que respeita ao cerceamento das atribuições ministeriais, e ao papel secundário e apoucado a que os ministros ficariam reduzidos, julgamos bem cabidas, aqui, as considerações que um distinto oficial do exército fez inserir na «Revista de Engenharia Militar», de 1907, a propósito da criação do «Supremo Conselho de Defesa Nacional:

«Errará quem imagine que, a adoptar-se tal norma de proceder, deprimida ou muito apoucada fica a acção dos ministros por cujas pastas correm os problemas relacionados com a defesa do país.

«Por certo que aos estadistas a quem, sob tal regimen, venha a cumprir zelar por êsse capítulo da governação do Estado, lhes não assegura a posteridade um lugar pela originalidade dos seus planos defensivos e consequente organização das forças militares de terra e mar, mas não lhes faltarão títulos pelos quais possam impôr-se ao respeito dos seus contemporâneos e conquistem direito a ser citados com saudades pelas gerações vindouras.

«Num país onde tanto ha que fazer, para que as instituições militares atinjam o grau de perfectibilidade que cabe nas inigualáveis aptidões do seu povo, nunca aos ministros da guerra e da marinha, ainda que sob a orientação de um órgão superior de estudo, que se contenha em aceitaveis princípios, escassearão ensejos de manifestar o seu talento, exercer a sua actividade e afirmar a boa tèmpera do seu character, engrandecendo o seu nome e bem servindo a sua pátria.

«Como membros do poder executivo de uma nação, cujo erário é pobre, mas cujo sólo encerra valiosíssimos elementos de riqueza, donde tanto ha que extrair, bastará que os titulares das duas pastas, com mira em aperfeiçoar os serviços a seu cargo, se empenhem decididamente na restauração económica do país, para bem merecerem os encómios dos seus concidadãos.»

Estamos vendo que toda a espécie de golpes, que foram vibrados contra a criação do «Orgão» aludido, perderam a sua eficácia pela carência da boa tèmpera de argumentação.

E assim ficou demonstrado, então — o que dia a dia se vem acentuando, cada vez mais — a necessidade absoluta da

existência de um órgão de defesa nacional, alheio por completo à acção da política partidária. Uma nação que quer viver precisa, antes de tudo, preparar convenientemente esse basilar elemento de actividade, que actue livre e isento de coações, que assente numa orientação firme e estável, que se apoie num plano sólido e garantido—plano que metodicamente se cumpra e inflexivelmente se execute.

E não há possibilidade de qualquer organismo, seja de ordem política, social, financeira, económica, seja enfim de que natureza for—se desenvolver e progredir, escasseando-lhe de início os precisos elementos geradores e úteis. Se o edificio, pois, a construir—mórmente sendo da envergadura da do que vimos tratando—não obedecer a um plano de ante-mão elaborado e meticulosamente concebido, e o seu desenvolvimento não tiver o dispositivo do estudado projecto, mas sim, e a cada passo, seja modificado e alterado com novas e contínuas formas, com novos e sucessivos preceitos, com novas e seguidas contexturas—essa obra perde fatalmente os traços característicos da originária concepção, e, com tantas alterações, com tantas modificações com tantas substituições, ou restará desaproveitada para o fim com que foi empreendida, ou aluirá sób o pêso de tantas transformações.

Em qualquer dos casos—tempo perdido, resultados nulos, despesa improficua...

\*

\* \*

Bastante analogas—senão, talvez, mais ampliadas e desanimadoras—serão as considerações anteriormente desenvolvidas, em applicação ás nossas forças marítimas:— e assim, a mesma carência de unidade de doutrina, tem reduzido a marinha de guerra á situação depauperante em que se encontra.

E' de prever:—As mesmas causas produzem, inevitavelmente, os mesmos efeitos...

E, todavia, urgia que a organização militar do país coordenasse a sua acção, no sentido de intimamente ligar as operações de terra com as de mar,—visto que as lutas moder-

nas se caracterizam pela utilização de todos os recursos da nação.

Os planos de operações, devem, pois, estabelecer a eventualidade — o que, aliás, as recentes guerras bem frisaram — da acção combinada das forças de terra e mar. São as guerras da Mandchúria; são as recentes guerras do Oriente; são finalmente, as lutas dêsse colossal conflito europeu que vêm fornecer-nos exemplos da simultaneidade das operações terrestres e marítimas.

E visto que, tanto na estratégia naval, como na estratégia terrestre a doutrina é a mesma e uma só, em que os seus grandes princípios restam imutáveis, obedecendo, apenas, os processos à imperiosa lei da evolução — razão a mais para que subsista uma «colectividade única», com o seu «estado maior privativo» que estude, segundo uma directriz bem caracterizada e um programa bem definido, os altos problemas da defesa do país. (-1-)

## II

Ápreciando a proposta de lei que, no ano transacto, foi apresentada no parlamento sôbre a «Remodelação dos serviços no exército» — proposta a que já tivemos ensejo de aludir — não podemos deixar de salientar o quanto se nos afiguram de extremamente concisos e deficientes os pontos de vista que as suas bases registam, e para cuja realização só muito veladamente elas deixam transparecer o critério que presidiu à sua contextura e aos fins visados.

De justiça é, porém, dizer que no relatório, que precede a aludida proposta de lei, pontos há, nos seus traços gerais, que nos morecem a nossa aceitação e o nosso mais decidido apoio.

Assim, a proposição: — «Que a nossa situação geográfica e a nossa posição internacional não nos permite a adopção *pura e simples* do tipo miliciano suíço» — está em plena con-

---

<sup>1</sup> Decalcado dos moldes em que foi estabelecido o projecto de lei criando, em 1906, o Supremo Conselho de Defesa Nacional — apresentaremos na 3.<sup>a</sup> parte, «Anexos», dêste nosso trabalho, umas sucintas bases para a constituição de um órgão similar, considerado por nós de indiscutível e impreterível necessidade.



cordância com a maneira nossa de encarar o problema orgânico do exército: — Com uma diferença apenas — é que nós pretenderíamos a eliminação *absoluta* de tal sistema.

Estabeleceremos, pois, a seguinte

### TÉSE 2.<sup>a</sup>

\*O sistema militar do nosso país e a derivada orgânica do exército devem corresponder às exigências da política externa, às determinantes das correlativas funções étnicas e sociológicas, e às condições geográficas e estratégicas do território».

\*

\* \* \*

Teremos ainda ensejo e tão cabido, pelo menos, como o de agora, em aludirmos à nossa situação geográfica e estratégica e à da política internacional; — para aí guardaremos então as considerações que o assunto nos sugere. Pelo enquanto vamos limitar-nos a conjugar os nossos pontos de vista com o da asserção exposta no aludido relatório, a que fizemos referência.

Para isso tivemos de corrigir a proposição aí mantida, ampliando-a como se apresenta na tése acima.

E desta maneira nós já podemos expor:

— Que não é só devida à diferença de situação geográfica, nem só também à da política internacional, que não devemos adoptar o tipo puro e simples do sistema miliciano suíço — mas ainda, e muito principalmente: porque não dispomos das condições bem especiais — étnicas e sociológicas — dêste povo; porque não possuímos as suas tradições seculares, hoje, como sempre, bem latentes e continuamente vigorizadas na alma da nação helvética.

Ali, mantem-se íntegras as sua tradições guerreiras, as suas tradições históricas — aquelas, em que êsse povo fornecia soldados adestrados nas armas a tôdas as côrtes europeias: e, actualmente ainda, fosse qual fosse a sua organização militar, encontram-se a dentro do seu estado de alma, bem sentido e bem definido, o espírito militar na sua mais pujante virilidade.

«Ali, — como dizia um nosso distinto engenheiro e não

menos ilustre oficial do nosso exército — não foi o exército que se nacionalizou, mas sim a nação inteira que se militarizou».

O exército ali, vive, abraça, estreita — intimamente — as suas relações com tôdas as manifestações de carácter político, moral, económico, financeiro e social da nação: o cidadão ali, vai, cõscio do cumprimento dum dever — e dos mais imperativos e sagrados — frequentar as carreiras de tiro e assistir às manobras militares; ali, o cidadão enverga a sua blusa de operário nas horas de trabalho nas oficinas, fábricas, laboratórios ou arsenais; o agricultor empunha o arado; o negociante desenvolve as suas operações comerciais; cada um trabalha afanosamente no seu místico e nas suas occupações sociais — mas, identicamente, no mesmo gesto de um dever a cumprir, abotõa a farda militar, toma a espingarda e, voluntária e livremente, lá parte a desobrigar-se dos encargos que sôbre êle impendem como soldado.

Precisavamos, pois, para podermos transplantar para o nosso país um tal sistema militar, que o nosso povo tivesse aquela educação cívica, aquela feição característica que define o estado de alma do cidadão da Helvétia; — o que não se consegue legislando apenas, o que não se obtêm em curto praso de tempo, mas em séculos de plena corcordância entre as instituições civis e militares.

Encerram profunda verdade e constitue matéria muito a ponderar para quem presuma ser fácil a adopção do organismo militar suiço, a outra qualquer nacionalidade, as seguintes palavras de Langlois:

«Em todos os países se encontram indivíduos valentes que sacrificam atrevidamente a sua vida quando sõa a hora do perigo; mas o patriotismo humilde, modesto, contínuo que aceita sacrifícios monótonos, sem brilho e sem glória, periódicos e frequentes, não se encontram, julgo eu, senão na Suiça».

Não é, portanto, e sómente, à sua privilegiada situação geográfica, nem à da política externa — como o referido relatório aponta — quo devemos ir procurar unicamente a razão de ser da sua especial organização militar, mas sim, também, às causas eficientes que vimos traçando.

É um facto que as ásperas montanhas que circundam a Suiça, e as dificuldades que há em operar através desse mas-

sição de altas e ingremes serranias, apresentam sérios obstáculos e impedem a rápida invasão do seu território, ou mesmo não tentam a que, por tão eriçadas vias de comunicação, seja violada a sua neutralidade...

Incontestavelmente, a garantia que a natureza oferece à Suíça com a sua barreira de elevados píncaros, permitindo-lhe aí opôr-se a uma penetração inimiga, súbita e rápida, ou ainda dar-lhe tempo a que a sua mobilização se efectue — apresenta, conjugadamente, a vantagem de a preservar da violação da sua neutralidade; pois não será crível que grossas massas de tropas tentem atravessar tão formidáveis estôrvos, com a mira única de alcançar um país adverso.

Mas, se isto assim é para êsse privilegiado estado, não deve tentar que outros, menos favorecidos, lhe sigam o exemplo e o imitem no sistema orgânico para o seu exército.

Não o imitou a Bélgica: e à prudente e ponderada orientação em que baseou o problema da sua defesa nacional, mantendo no tempo de paz 40:000 homens de campanha, é que ela deveu a sua rápida e heroica resistência no recente conflito europeu, e os brilhantes feitos que lhe grangearam as simpatias e o respeito mundial.

(Continúa)

A. G. DE SOUSA DIAS

Coronel

# Carros de combate

(Continuação da pag. 488)

## VII

### Emprêgo tático dos carros de combate

#### I

#### A experiência

No estudo que venho fazendo da Artelharia de Assalto, tenho procurado aprofundar as questões que sobre tão interessante assunto se ergueram, não me contentando com conhecer somente as soluções adoptadas, mas também o fundamento dessas soluções. Assim temos conseguido ficar com um conhecimento mais completo, com a base do que acerca da nova arma havemos abrangido.

Ora, hoje, possuímos já regulamentos preconizando as regras para o emprêgo dos carros de assalto e nada seria mais fácil do que aproveitar a doutrina desses regulamentos para preencher o presente capítulo. Não me deixo vencer por esta tentação. Nunca conheci regulamento algum que estivesse livre de críticas; sempre se me depararam *inspirados* aventando como superiores ideas suas, ante as quais a doutrina regulamentar seria desde logo esfacelada, se não fosse a sua força de lei; conheço quanto de vidas e de sangue custou a experiência em que se fundaram os princípios que enfim se afirmam agora nos regulamentos táticos dos carros de combate: e tôdas estas razões me levam a não me desviar do plano, que inicialmente tracei, de conhecer na origem e em tôdas as suas fases, o que interessa à nova arma, quando de mais a mais se trata exactamente do que sobre ela mais nos importa—o seu emprêgo tático. Vamos, pois, tirar todo o proveito da lição que tão cara foi aos que por nós se sacrificaram; guiar-nos-há neste caminho uma capacidade official francesa sobre a história—o capitão Dutil, com o seu excelente trabalho *Les chars d'assaut*.

No pensamento dos que presidiram em França ao nascimento da Artilharia de Assalto, com a primavera de 1917 chegava o momento da nova arma tomar parte na batalha com tôdas as suas forças, *para produzir um efeito de surpresa* que permitiria tomar rapidamente as linhas inimigas, numa extensão de 40 quilómetros, abrindo caminho ás massas prontas a explorar a rotura.

Esperava-se para êste fim a conclusão do programa de construções, que compreendia 400 carros Schneider e 400 Saint-Chamond. Como tivemos ocasião de saber, o número dos carros médios prontos para a acção em fins de março de 1917 estava muito longe daquelas cifras, além de que a falta de elementos materiais indispensáveis, como instrumentos e peças de substituição, obstava à utilização dos próprios carros aprontados. Nem mesmo tôdas as unidades constituídas haviam ainda tido a instrução e o treino necessários. Assim, o máximo que se poderia pôr à disposição do comando em chefe seriam 8 grupos Schneider instruídos e 2 de que a instrução estava ainda incompleta; dos grupos Saint-Chamond talvez se conseguisse um; das S. R. R. só uma estava pronta

O emprêgo dos carros em *massa*, em massa verdadeiramente possante, dando a surpresa requerida, não era pois ainda possível, e as hesitações nasceram.

Depois que se ideou o carro de assalto a guerra evolucionou e a necessidade de meios de acção aumentára mais; uma frente de 100 quilómetros e não já de 40, era o que nesta ocasião se tinha a considerar para um ataque decisivo.

Deveria esperar-se que estivesse pronto o material necessário para um semelhante ataque, antes de tentar alguma cousa?

Não era esta a tendência geral.

Avançava-se a opinião de que convinha submeter o material à prova de combate, a fim de se aproveitarem os ensinamentos que se colheriam, antes de se construírem outros carros, alguns até de novo modelo.

E'ra verdade que a experiência feita pelos ingleses em 15 de setembro de 1916, com poucos elementos, conduzira a resultados deficientíssimos em comparação com os que se esperavam; mas se êsse exemplo não era de ordem a aconselhar a repetição, não deixava contudo de ser certo que neste

momento se dispunha de forças de A. A. muito mais importantes do que então e essas forças estavam organizadas doutra forma, o que tudo prometia esperar outro efeito.

E demais, não deixava de ser razoável, uma vez que estava resolvida uma nova ofensiva, dotar a acção a exercer com todos os recursos possíveis. Permanecer a A. A. inactiva ante a batalha que se aprestava formidável, era de facto para repugnar.

E foi assim que a A. A. francesa se sujeitou à primeira prova, na primavera de 1917, sem satisfazer ao tão preconizado princípio da surpresa.

\*  
\*      \*

Sabemos que o carro de assalto foi logo de princípio considerado como um meio de ruptura da frente defensiva do adversário. Partindo antes do romper do dia, sem preparação prévia da artilharia, despedaçando os obstáculos, transpondo as trincheiras, deviam os carros abrir o caminho à infantaria através das sucessivas posições do inimigo, até que essa sua irmã pudesse alcançar directamente a linha das baterias. Dera-se, porém, o contra dos carros levarem excessivo tempo a construir, e os ingleses haviam, em setembro de 1916, dado o alerta ao inimigo, que assim tivera seis meses para se precaver contra a irrupção dos carros, tomando medidas de defesa, entre as quais o alargamento das trincheiras da sua primeira posição; os fossos Hindenburg atingiam, segundo se dizia, 3 a 4 metros. A realidade era, pois, que os carros, antes de serem utilizados, já não correspondiam às novas condições da luta; se fossem abandonados aos seus próprios recursos, as suas fracas faculdades de progressão e transposição os condenavam a esbarrar ante as trincheiras inimigas. Tinha de se recorrer a outra tática, que a premeditada inicialmente falhava.

Pensou-se então em tornar o carro de combate o verdadeiro canhão de acompanhamento da infantaria

Se os carros de combate não podiam passar por si sós as primeiras linhas, porque não interviriam quando a habitual preparação da artilharia tivesse entregue à infantaria amiga

as primeiras e segundas posições, tomando assim parte no ataque da terceira, substituindo dalguma maneira a artilharia a bom alcance, e permitindo continuar a batalha sem essa interrupção funesta, que sobrevinha sempre no ponto onde a preparação da artilharia, cessando os seus efeitos destruidores, deixava ao inimigo tempo para reorganizar a sua defesa? Para conseguir êste fim, bastava facilitar aos carros a passagem das zonas revolvidas das primeiras linhas, ajuntando-lhes pequenos destacamentos de trabalhadores escolhidos, que preparassem as passagens precisas. Desta forma poderiam os carros chegar a tempo aos pontos onde utilmente recommençariam o combate.

Assim foi resolvido o papel dos carros de assalto para as operações da primavera de 1917. e um batalhão de caçadores acantonado junto do campo de Champlieu se aprestou para desempenhar o papel desta infantaria de acompanhamento.

Na primeira operação projectada (arredores de Beuvraignes), o emprêgo da A. A. não era para o ataque propriamente dito: como se contava com a resistência do inimigo nas segundas linhas, resolvera-se que os carros, aproximando-se de noute, atacariam por surprêsa, ao romper do dia, essa segunda posição. O inimigo começára, porém, o grande movimento retrógrado que devia reconduzi-lo sôbre a linha Hindenburg, e os carros muito pesados para tomarem parte na perseguição, recolheram a Champlieu sem combater. Não passou esta operação duma experiência de mobilização, de que se colheram ensinamentos tendentes ao aperfeiçoamento das complexas questões de embarque e desembarque, e de aprovisionamentos de toda a espécie. Outras operações mais importantes se sucedem.

Ao centro da frente ia ter lugar uma ofensiva e um lugar foi reservado aos carros de assalto, na ala direita do dispositivo geral, na região norte e nordeste de Reims. Feitos os estudos prévios sob a direcção do general Micheler, comandante do grupo de exercitos do ataque, diversas disposições foram adoptadas. A região em que ia tentar-se o esforço principal, em profundidade, com o fim de efectuar a ruptura e também explora-la, era a região ao norte do Aisne.

Nesta região deviam operar o VI.º Exército, frente ao Chemin des Dames, e o V.º Exército, a este do planalto de

Craonne, frente ao nordeste. Nesta última região o inimigo organizára a este de Berrioux, duma parte, e entre o Bosque Claquedents e Neufchâtel-sur-Aisne, doutra parte, uma nova linha de defesa, que a artilharia francesa não podia destruir no periodo da preparação. Foi para a tomada dessa nova linha, que se teve em vista fazer intervir os carros disponiveis. Se as disponibilidades aumentassem, poder-se-ia ainda efectuar uma operação secundária ao norte de Reims.

Durante o mês de março precisou-se o plano. O terreno da acção dos carros era o espaço descoberto, que partindo de Berry-au-Bac se abre para o nordeste. A oeste é dominado e limitado pelas alturas de Craonne. Ao sul é banhado pelo Aisne e vigiado de perto pelos pequenos outeiros tornados célebres pela luta que ai se travou em 1914, a cota 108, o monte de Sapigneul. O principal ataque dos carros devia ter lugar entre o Aisne e o seu pequeno afluente, a Miette, que atravessa essa planície por Amifontaine e Juvincourt.

Cinco grupos Schneider constituíam o agrupamento Boscut, destinado a êste ataque, sob as ordens do 32.º C. E. Quatro dêstes grupos deviam operar com os regimentos da 69.ª Divisão; o quinto devia atacar um pouco mais ao sul no sector da 42.ª D. I. Os objectivos almejados eram Prouvais e as linhas de defesa que ligavam esta povoação a Neufchâtel. De harmonia com o que fôra estabelecido sôbre o papel dos carros, a entrada em acção dêstes foi resolvida para o ataque da terceira posição alemã, isto é, as trincheiras de Nassau e de Wurtzbourg, á H + 4. Era á infantaria, só, que após uma violenta preparação pela artilharia, cabia tomar as duas primeiras linhas.

Um outro agrupamento, composto de três grupos, sob o comando do chefe de batalhão Chaubés, foi destinado aos ataques do oeste da Miette, na zona do 5.º C. E., e devia cooperar com a 10.ª D. I. Aqui a direcção dada para o ataque era o nordeste, e o objectivo um mamelão situado ao norte de Amifontaine. Da mesma forma êstes carros só interviriam na segunda fase do combate, para a tomada da terceira posição — a trincheira de Thuringe.

Como o ataque geral foi retardado, pôde dispôr-se ainda de dois outros grupos Schneider e dum grupo Saint-Chamond, que constituíram o agrupamento Lefebvre, encarregado



duma operação inteiramente distinta, na zona do IV Exército, contra o maciço de Moronvilliers.

Pelo mês de março foram chegando ao campo de Champlieu as tropas que deviam atacar sobre o Aisne com os carros. Cinco companhias do 154.º R. I. estavam designadas para servirem especialmente de tropa de acampamento aos cinco grupos Bossut. Três companhias do 76.º R. I. deviam desempenhar êsse encargo para com o agrupamento Chaubés.

O 17.º Batalhão de caçadores fornecia as secções de acompanhamento necessárias ao agrupamento Lefebvre. Chefes de grupo e oficiais da A. A. operaram os reconhecimentos precisos para determinar os caminhos de acesso, as posições de espera, os itinerarios e preparar a progressão pelo terreno inimigo.

Fixado o dia do ataque, os dois agrupamentos Bossut e Chaubés embarcaram em Champlieu em 11 de abril para desembarcarem na manhã de 12, um na gare de Courlandon, o outro perto de Ventelay. O primeiro compunha-se dos grupos 2, 4, 5, 6 e 9 e da S. R. R. 1; compreendia 82 carros de combate. O segundo era formado pelos grupos 3, 7 e 8 e da S. R. R. 3, com 50 carros. Cada S. R. R., além das suas oficinas, tinha dois carros Saint-Chamond não armados, um ou dois Schneider, e os tractores Holt que seguiam os grupos puxando os reboques carregados de essência e de munições, e auxiliariam a depanagem.

O local de reunião escolhido era Cuiry-lès-Chaudardes, ao norte do Aisne, a povoação mais vizinha do terreno de operações que oferecia os abrigos indispensáveis ao estabelecimento das S. R. R. O agrupamento Bossut alcançou-a na noite de 12/13, deixando só no caminho um dos seus Saint-Chamond, com a "chenille" avariada, apesar do terreno difícil e da noite escura e chuvosa. O agrupamento Chaubés chegou por sua vez na noite de 13/14. Tendo sido retardado o dia J, os grupos empregaram-se na verificação do material, na constituição dos depósitos, nos últimos reconhecimentos, enquanto se executaram os trabalhos destinados á passagem das linhas amigas.

Rompeu-se a batalha no dia 16 de abril. Os carros do agrupamento Bossut ganharam a sua posição de espera, um

pouco a oeste de Pontavert, enquanto a artilharia, desde as 2 horas da manhã, redobrava os seus fogos.

Pelas 6 horas e 30 minutos começou a marcha de avanço, pela estrada de Pontavert a Guignicourt. Todos os carros seguiam na mesma direcção primitiva, formando uma longa columna, que tinha de passar pela única ponte da Miette, devendo só desenvolver-se ante os seus objectivos particulares, perto da segunda posição alemã. A marcha foi demorada, em vista do pejamento da estrada sôbre a qual se deslocavam também os diversos elementos de artilharia e infantaria. Pelas 8 horas, a columna chegava á ponte da Miette, já sob o fogo adverso desde alguns minutos. O ataque de infantaria partira á hora prevista e tinha rapidamente conquistado a primeira linha; a artilharia inimiga começava, porê m, a reagir. Contudo a columna dos carros passa sem dificuldade de maior as linhas amigas, em frente da Ferme du Choléra, e procura transpôr em seguida as linhas alemãs. Foi preciso esperar 45 minutos que a passagem fosse preparada através estas trincheiras particularmente largas e profundas. Só ás 10 horas e 15 minutos é que a testa da columna, constituída pelo grupo 2, consegue avançar reduzindo pelo canhão alguns ninhos de alemães ficados ainda nestas paragens. Seguindo ao longo da Miette, chega ás 11 horas diante da segunda posição inimiga, fracamente ocupada pela infantaria francesa. Então o grupo se desenvolve e as equipagens dos carros preparam elas próprias a passagem, sob o fogo da artilharia inimiga.

O comandante do agrupamento, major Bossut, que acompanhava o seu grupo da testa, morre no seu carro posto em fogo por uma granada. Sete carros passam enfim e se dirigem para a trincheira de Nassau e o Bois Claquedents, seu objectivo; três outros os seguem, após uma demorada paragem; quatro ficam definitivamente em "panne" nas trincheiras.

O grupo seguinte, o 6, chega por seu turno á passagem do mesmo ponto e o transpõe com as mesmas dificuldades, deixando contudo só dois carros em "panne", e segue sem demora atrás do grupo 2. Mas desde então, sôbre êste terreno fortemente bombardeado e metralhado, onde a infantaria não pode segui-los, os carros marcham debalde, e, tomados á parte pelos canhões inimigos que os visam directamente de Juvincourt e do Bois-Claquedents, sofrem perdas

sensíveis. Entre as 11 horas e 30 minutos e 12 horas e 30 minutos, 5 carros são sucessivamente incendiados. Uma peça de 77, postada muito perto, isolada, servida por três homens, consegue pôr 2 carros fóra da acção antes de por seu turno ser desbancada pelo canhão dum carro.

Deste lado o ataque não progrediu mais. Pelas 14 horas e 30 minutos, um contra-ataque alemão que sai das trincheiras de Damary e de Nassau é detido pelo fogo dos carros, enquanto os sobreviventes dos aparelhos destruídos, refugiados nas trincheiras e escavações das granadas fazem também frente ao inimigo com as armas que lhes restam ao seu alcance. Do outro lado da Miette, frente a Juvincourt, nenhum progresso da infantaria se desenha. Pelas 15 horas, os carros restantes dos dois grupos reúnem-se na segunda posição, entre a Miette e a Ferme Mauchamp. Duas horas depois, o comandante do grupo 6, reunindo sob o seu comando os 9 carros que lhe restam e 5 do grupo 2, de que o capitão havia sido morto, parte para o ataque da cota 78, cobrindo assim o avanço dos 151.º e 155.º R. I., que ocupam a posição pelas 18 horas. A noite vem e desta vez os carros se retiram ao longo da Miette, sempre bombardeados, deixando ainda 4 imobilizados á altura da Ferme do Choléra.

Os dois grupos 5 e 9, que seguiam na coluna, conseguiram penetrar mais nas linhas inimigas. Depois de haver, apesar duma barragem de grossas granadas, alcançado e transposto a segunda posição, ao norte da Ferme Mauchamp, o grupo 5, que devia operar á direita dos dois grupos precedentes, divide-se em duas colunas para atacar a trincheira de Wurtzbourg. O inimigo cede e a trincheira é ocupada. Seis carros se põem momentaneamente em "panne"; mas 9 a transpõem, tomam um pequeno bosque e ficam senhores do terreno. E enquanto que a infantaria avança penosamente, 3 carros vão em reconhecimento da via-férrea de Guignicourt-Amifontaine, e um deles aí chega sem encontrar obstáculo, mas é detido por uma granada na sua volta. No entanto a infantaria não pode progredir mais, em razão das perdas sofridas; e os carros contentam-se em bordejar para escapar aos tiros inimigos que veem de Juvincourt, do Bois Claquedents e do Bois de Prouvais; repelem um contra-ataque vindo da via-férrea, depois, recebendo ordem de retirar, os 8 carros

ficados em estado de marcha ganham á noute a Ferme du Choléra. A sorte do grupo 9 tinha sido análoga, mas com maiores perdas ainda. Longo tempo detido antes de alcançar a segunda posição, á altura da estreita passagem da Louve onde o grupo devia deslocar-se sôbre a direita, não tendo podido a infantaria preparar-lhe a passagem em consequência do fogo intenso da artilharia inimiga, êle ía também finalmente transpôr a segunda posição nas proximidades da Ferme Mauchamp, para formar em batalha e atacar á direita do grupo 5. Mas o terreno, crivado de escavações das granadas, obriga-o a abordar a trincheira de Wurtzbourg em coluna com os seus 11 carros restantes. Então, rapidamente reparado pelas baterias inimigas, sofre um tiro cada vez mais preciso; a cauda da coluna foi atingida primeiro, depois a testa, e todos os carros sucessivamente, salvo um só, eram imobilizados ou incendiados. As equipagens deitam-se com as suas metralhadoras nas escavações ou trincheiras e como a infantaria não avança mais, retrogradam gradualmente. Um só carro entrou á tarde na posição de reunião.

Quanto ao grupo 4, o último da coluna, só partira da posição de espera pelas 7<sup>h</sup> 20' e progredira lentamente para a sua zona de acção, situada na vizinhança do Aisne. Mas ás 15<sup>h</sup> 45, só cinco carros haviam podido passar a segunda posição (trincheira das Bornes). A infantaria francesa parecia então ceder; os carros, avançando, conseguem fazer recuar o inimigo. Mas neste momento são tomados á parte pela artilharia da margem esquerda do Aisne, e dois dêles incendeiam-se; três outros mais, que tinham conseguido passar, avançam por seu turno; dois são ainda pasto do fogo. Dêste lado, a progressão da infantaria e dos carros fora particularmente difficil, pelo facto de que havendo sido o ataque mantido desde a manhã nas alturas que bordam o canal do Aisne ao Marne, as posições que restavam nas mãos do inimigo tomavam de revés tudo o que avançava ao norte da ribeira.

Enfim, dos 82 carros do agrupamento Bossut, 39 ficaram nas linhas alemans, 4 imobilizaram-se nas linhas francesas. O seu avanço sôbre um terreno particularmente batido pela artilharia adversa fez-se sem grandes resultados, porque a infantaria não pôde segui-los. Foi com difficuldade que alguns grupos de acompanhamento imediato chegaram com êles á

trincheira de Wurtzbourg. A' tarde a infantaria mantem-se sómente na vizinhança da segunda posição alemã.

Foi ainda menos feliz o agrupamento Chaubés, no ataque conduzido a oeste da Miette, do outro lado do importante centro de resistência inimigo do Bois des Buttes. O agrupamento havia deixado Cuiry-lès-Chaudardes em 15, as 20<sup>h</sup> 30', para ganhar a sua posição de espera, que fora fixada no Bois de Beaumarais. Só o conseguiu de manhã, um pouco antes das 6 horas, deixando 8 carros enterrados, que não poderiam juntar-se-lhe antes do combate. A's 6<sup>h</sup> e 30', retoma a marcha em uma só coluna, o grupo 3 na testa, para a Ferme du Temple e a trincheira da Plaine, onde deve fazer a passagem das linhas.

A' saída do bosque, a coluna é assinalada pelos aviões inimigos e sofre logo um violento fogo de artilharia. Atinge no entanto sem dano a última trincheira francesa: mas a passagem não está completamente preparada; foi preciso esperar. Dois carros são feridos pelas granadas e postos fora de acção. Contudo a testa do grupo 3 chega ás 7<sup>h</sup> 15' diante da primeira trincheira alemã, da largura de 4 a 5 metros, onde o trabalho da passagem mal está começado. O inimigo, a pouca distância, tem-na sob o fogo das suas metralhadoras; todo o homem que se descobre é derrubado. Os carros detidos, bem á vista dos observatórios que o inimigo ocupa ainda sôbre as alturas de Craonne, bem depressa são postos fóra do combate. As equipagens só podem instalar-se na trincheira, formando as guarnições das metralhadoras e vigiando a direcção de oeste, onde a infantaria não tem feito progresso algum. O grupo seguinte tenta em vão escalonar os seus carros para a esquerda; são também tomados sob o fogo da artilharia, que os queima ou os imobiliza; só quatro dêstes carros podem retirar. Quanto ao último grupo, que só tinha 8 carros, fora tomado sob o fogo pelas alturas da Ferme du Temple, e detido a 500 metros da primeiras linhas alemans, depois de em vão tentar desenvolver-se.

Tôda a jornada os carros foram submetidos aos tiros da artilharia, que redobrava desde que o inimigo verificava os movimentos na sua vizinhança. A' noute, os carros em estado de marchar recolheram ao Bois de Beaumarais; uns dez sómente puderam aí chegar, 23 tinham sido destruidos nas próprias linhas

francesas pelo canhão inimigo. O seu sacrificio de nada serviu.

O agrupamento Lefebvre, que fora distribuido ao IV.º Exército para uma operação conexas com a do V.º Exército, e que devia actuar na região do maço de Moronvilliers, não chegou a combater. Os carros tinham por missão apoiar os ataques da 16.ª e 34 Divisões, depois que as cristas fossem tomadas e de cooperar em seguida na exploração. O ataque devia ter lugar no dia seguinte ao do ataque do Aisne.

Na noute de 16 de Abril os carros tomavam a sua posição de espera. Mas durante a noute, chegaram ao agrupamento e ao E. M. do Exército os resultados da batalha de Miette, demonstrando que só se deve fazer avançar os carros depois da ocupação dos observatórios inimigos. O general comandante do Exército deu então ordem para não desencadear o ataque dos carros sem ordem sua e no dia seguinte dispensou-os.

A batalha da infantaria continuava nos dias seguintes, mas era manifesto, desde o meado de 16 de Abril, que o ataque havia falhado. Fixa-se neste combate o papel muito particular dos carros de assalto. A sua acção fazia parte dum conjunto do qual todos os elementos estavam ligados entre si. A sua intervenção havia sido marcada para o ataque á terceira posição alemã e tinha por condições a tomada, sem dar um tiro, das primeiras e segundas posições, em uma larga frente, e especialmente do planalto de Craonne, que dominava toda esta parte do campo de batalha. Para atingir os objectivos afastados, a marcha dos carros tinha de ser longa e devia ser rápida, a fim de pudermos em tempo útil tomar lugar adiante das tropas encarregadas de atacar a terceira posição. Entrando na luta á hora fixada, sem dúvida uma hora boa, mas já dia alto, ante um inimigo, que esperava ver aparecer os carros e tomara as suas disposições para os combater, quando os objectivos que deviam ter sido atingidos não o estavam, quando a artilharia inimiga longe de estar submetida tomava cada vez mais vigor ao passo que a francesa perdia forças, os carros vêem-se submetidos, antes mesmo de estarem em condições de intervir, aos tiros regulados, pelos balões, pelos aviões, por excelentes observatórios terrestres e mesmo aos tiros directos. Alguns grupos permaneceram assim em ter-

reno descoberto durante a maior parte do combate. Prêsa fácil, êstes carros deviam ser todos atingidos; e aqueles que regressaram devem-no a uma simples sorte, favorecida no entanto pelo facto de se haverem mantido em movimento. «O panne» era a destruição certa.

Esta operação pôs em evidência, que os carros de assalto, deslocando-se a descoberto a 3 ou 4 quilómetros de baterias senhoras da sua acção e dotadas com os meios de regular o seu tiro, são votados a uma perda quâsi certa, como aliás havia sido previsto pelos próprios que preconizavam a A. A. O general Estienne sempre indicara os carros entrando em acção por uma meia obscuridade, a que precede a alvorada; sempre os quisera ao romper do dia sôbre a linha das baterias inimigas, desta forma surpreendidas e desorganizadas. E foi uma batalha em pleno dia, que as circunstâncias impuseram aos carros, a 16 de Abril. Ainda assim, com tão desfavoraveis condições, os grupos dos carros excederam a infantaria que estava detida, e combateram na frente dela, alguns a 2000 e 2500 metros, ficando senhores do terreno apesar dos contra-ataques do inimigo, e só á noute retiraram, sem que a infantaria esgotada e dizimado houvesse podido ocupar o terreno que êles haviam conquistado. Não houve então, pode-se em verdade dizer, cheque para os carros de assalto, houve cheque geral de ataque, o que submeteu os carros á mais dura das provas.

Após a frustrada ofensiva de 16 de Abril, os carros foram alvo das mais severas críticas. Vamos conhecer o valor dessas críticas.

\*

Os carros constituem uma protecção ou representam um perigo?

Não restava dúvida que atraíram sôbre si fogos particularmente violentos, mas era incontestável que a sua blindagem era protecção eficaz. Pelo que diz respeito ás balas ordinárias, a segurança era completa; quanto ás balas perfurantes, as chapas simples haviam sido atravessadas, mas em todas as partes mais expostas dos carros a sobreblindagem tinha satisfeito perfeitamente. Uma única bala havia furado as duas chapas, as balas tinham-se achatado contra a segunda folha, que não estava seriamente tocada. As granadas explosivas

quási que não tinham efeito algum sobre os carros. Os carros dumas das colunas (Bossut) haviam sofrido esse tiro por 2 horas sem perdas no pessoal. O único perigo a recear por este lado era o "panne" produzido pelos estilhaços que tocavam as "chenilles". Verdadeiramente perigoso era o tiro percutante e sobretudo quando directo, tanto mais que quási sempre, depois de atravessar a blindagem e explodir no interior, a granada comunicava fogo ao carro. Discutiu-se a natureza e o calibre dos projecteis, que haviam provocado incêndio nos carros e bem assim a colocação exterior dos depósitos de essências, o que foi ácremente censurado, mas a verdade era que os incêndios haviam sido, na quási totalidade dos carros, efeito dos tiros directos atingindo o carro em cheio e comunicando o fogo ao reservatório interior. Experiências posteriores foram realizadas em Champlieu, sobre reservatórios, com granadas explosivas, e nunca se deu a inflamação da essência; uma outra circunstância, pois, era necessária, além da explosão, para provocar a inflamação da essência, e tudo indicava que essa circunstância devia ser a alta temperatura que reinava no interior dos carros, após a marcha de duração excepcional que haviam realizado. Mas, ainda assim, qualquer que fosse a causa imediata da inflamação, não restava dúvida que a situação do reservatório, mesmo ao centro do carro, tinha favorecido a propagação do incêndio.

Resultou de tudo, como principais modificações a realizar, a melhoria na ventilação, o aumento das saídas, a mudança do reservatório da essência para a retaguarda e do lado de fora.

Também as críticas caíram sobre o tiro dos carros, apontando-lhe deficiências e dificuldades. Os que assim criticavam esqueciam que os carros actuam pela sua própria presença, contra adversários próximos, que se julgam abrigados se não vêem os carros avançar sobre eles; que aos carros basta, por consequência, poderem atirar a alguns centos de metros, directamente, sem regulagem complicada e longa.

Mas o que mais nos importa aqui, é a questão do emprego tactico dos carros. Alguns criticos, que depreciavam a A. A., perguntavam que estudos haviam sido feitos antes do combate sobre o emprego tactico dos carros? porque se não



havam reconhecido e preparado os itinerários? porque não tinham atravessado rapidamente as zonas descobertas, em formação larga? porque se haviam empregado em massa, provocando assim tão grandes perdas?

A resposta era simples,

O ataque foi preparado com todos os elementos de conhecimento de que se pode lançar mão; possuía-se um campo de experiências onde, desde que se possuíram os carros, se estudava o seu emprêgo tactico; os officiaes que comandavam os carros haviam participado de tôda esta preparação; no terreno revolvido pela projecteis da artilharia, os carros passavam onde podiam e não onde queriam; e ás vezes não passavam em parte alguma apesar da boa vontade das suas equipagens.

Quanto ao emprêgo chamado em massa, por um lado, era lógico que dando-se uma batalha da importância da de 16 de Abril, se apresentasse o máximo dos meios de que se dispunha; por outro lado, depois da experiência feita pelos inglezes no ano precedente, não se podia contar com a surprêsa do inimigo resultante do aparecimento de alguns aparelhos novos, mas era licito contar com o efeito produzido nêle pela aparição simultânea de um grande número dêsses aparelhos. Além disso, a frente de desenvolvimento era proporcionada ao número de carros postos em acção e não tinha havido emprêgo "em massa", no sentido em que o entendiam aqueles que pretendiam achar nesta massa a explicação das perdas sofridas.

Não faltou quem desse ás perdas sofridas as proporções duma catastrophe. Foram graves, não ha duvida, e não sómente pelo número, mas também pelo valor dos que tombaram. Ninguêem podia esperar no entanto, que os carros empenhados numa batalha em profundidade regressassem todos indenes tendo-se exposto durante longas horas ao fogo duma formidavel artilharia. Muito antes desta batalha, o general comandante da A. A. calculava que num combate dêstes amedate dos carros sómente chegaria aos seus objectivos. Pelo que interessa ao pessoal, as perdas foram estas:

Mortos.....	34, sendo	9 officiaes;
Feridos.....	109	" 17 "
Desaparecidos.....	37	" 7 "

Não chegaram, pois, a 25% do efectivo dos grupos que tomaram parte no combate.

Para o material, o relatório acusou que, sobre 132 carros levados ao combate, 56 recolheram no próprio dia ou nos dias seguintes; 76 ficaram no terreno, dos quais 57 foram destruídos pela artilharia inimiga e um certo número de outros foram destruídos pouco depois. Para apreciar o valor destas perdas, é preciso considerar que, conforme as palavras do próprio General em Chefe, num officio dirigido ao Ministro do Armamento, elas são pagas largamente pelas vidas humanas que as unidades da A. A. pouparam ao exército, tomando sobre si a luta durante a tarde de 16 de Abril, na frente entre Miette e Aisne.

Não havia, pois, lugar para desesperar dos carros de assalto, que só melhoramentos careciam, alguns mesmo já tidos como indispensáveis antes da batalha. Mas para bem avaliar do verdadeiro resultado do emprêgo dos carros de combate, basta considerar esta verdade, que pela segunda vez exprimo: em tôda a larga extensão da frente do combate, a segunda posição inimiga só foi conquistada e ultrapassada num ponto —aquele onde os carros haviam chegado.

*(Continúa).*

MELLO E ATHAYDE

Ten. coronel

---

## Pala aos soldados do regimento de cavalaria n.º 4 por ocasião do seu juramento

SOLDADOS!

Encontro-me na vossa frente com a obrigação bem grata de vos dizer breves palavras, procurando despertar nos vossos peitos virís qualquer scintilla dessa chama patriótica, que tem feito que os filhos de Portugal escrevam com sangue as páginas mais gloriosas da história dum povo. Irei dizer-

vos o que simbolisa essa bandeira, os feitos de guerra que à sua roda se teem desenrolado. Significa a Pátria—o Portugal—êsse pedaço de pano. E a Pátria, soldados, é êste canto abençoado à beira mar e vizinho da Espanha, canto onde nascemos, onde nos criámos, onde labotamos, onde habita a nossa saudade e onde se cria o nosso amor, onde moram os nossos interesses, terra sagrada onde dormem o eterno sono os nossos avós, onde temos as nossas casas e famílias, terras risonhas do Minho, da paisagem forte de Traz-os-Montes, Douro donde Portugal foi buscar o baptismo, Beiras das marinhas e do granito, verdejantes campos Extremenhos, quente e infinito Alentejo, alegre Algarve e encantadas ilhas adjacentes, terras onde nas colinas e encostas num agradecimento a Deus se erguem altares, onde o fluído duma tradição de 8 séculos nos faz respeitados perante o Mundo; Pátria Portuguesa são ainda, soldados, na perda amplidão da orbe, as nossas possessões ultramarinas que nos tornam a terceira potência colonial depois da Inglaterra e da França; Pátria Portuguesa é o próprio fundo dos mares onde dormem o último sono alguns marinheiros dos galeões das descobertas, são ainda êsses covais abençoados em terras estrangeiras onde repousam os corpos venerandos dos que

«em perigos e guerras esforçados, mais do que prometia a força humana, entre gente remota edificaram novo reino que tanto sublimaram»,

é essa pleiade de soldados e marinheiros que foram os heróis das navegações e das conquistas. Da Pátria Portuguesa saíram há 5 séculos as náus que primeiro passaram por mares nunca dantes navegados, como é ainda aqui, de Portugal, que partiu uma caravela alada fendendo os ares nunca de outrem devassados.

Tudo isto feito sempre à sombra da Bandeira de Portugal!

Devo dizer-vos que desde a fundação da monarquia e já lá vão tantos anos, a idade da fundação dêste mosteiro de Alcobaça, a nossa bandeira tem passado por várias côres: branca com cruz azul no tempo de Afonso Henriques, branca orlada de encarnado com os 5 escudos e quinas ao centro à guarda do Decepado, branca com a esfera armilar ou com a

Cruz de Cristo no apogeu das navegações e conquistas, branca no tempo dos Filipes, branca com a Cruz de Cristo e escudo das quinas no tempo de D. João V, azul e branca tremulando nos quadrados de Coolela, Namarraes, Dembos e Cuamato e verde-rubra nos vastos campos da Conflagração Europeia; côres que obedecem às diversas transformações políticas ou são a resultante da vontade dum chefe; assim nos muros da vetusta Diu, uma ilha tão pequena onde mal cabe uma fortaleza, mas de que todo o português e estrangeiro medianamente ilustrado sabe a sua história guerreira, pois em 2 cercos umas dezenas de portugueses derrotaram milhares de maometanos, nossos irreconciliáveis inimigos, essa ilha onde todo o português e cristão deveria fazer o santuário para a peregrinação da «Fé e da Valentia», onde por cada pedra um vice-rei, o honrado D. João de Castro arriscaria um filho e um dêles comandando um baluarte lá teve a morte dos valentes, êsse mesmo vice-rei confiava à defeza dos portugueses uma bandeira verde-rubra com a cruz vermelha de S. Jorge.

Não posso aqui falar-vos, por escassez de tempo, de todas essas glórias longíquas, nem mesmo das lutas africanas que nos derradeiros anos da monarquia tivemos em África, onde se tornou grande o nome de Mousinho de Albuquerque, mas quero referir-me aos feitos que Soldados Portugueses, unicamente olhos fitos na ânsia dum Portugal maior, praticaram à sombra da bandeira verde-rubra, porque nós soldados, não podemos vêr nela os desvarios e crimes que tão mal fadada tem tornado a nossa Pátria; ao fitá-la e ao fazermos a nossa continência, respeitamos as quinas que vêm de muito longe, de Ourique, quando os portugueses em tôrno dum Rei só se lembravam da Pátria; curvemo-nos reverentes sempre ante Ela, não consentindo que estrangeiro algum a despreite, pois para êles não pode representar nenhuma forma de regimen, mas o manto sob o qual viram cair na Flandres, na Africa e no Mar êsses formidáveis heróis, sentinelas mártires do nobre e velho Portugal, na guarida sacrossanta de Santa Maria da Batalha.



Todos vós, soldados, com certeza, tivestes um irmão, parente ou amigo, que tivesse a honra de ter estado na França, Angola ou Moçambique, para onde êste regimento teve a dita de ver partir alguns dos seus oficiais, sargentos, cabos e soldados e em comemoração e respeitosa saudade estão gravados em letras de ouro, no fim das escadas que conduz às secretarias, os nomes daqueles que prestando um juramento como o vosso souberam vender cara a vida. Também até lá, levado nesta ambição de soldado e na aventura de Português marchei. E testemunha dalguns feitos de armas aí praticados e pelo conhecimento doutros cuja leitura me tem sugerido e por quanto de homérico já disse que foi feito pelos nossos maiores, embora tenha sôbre o meu peito cheio de orgulho e vaidade duas das mais ambicionadas condecorações, tomo a liberdade de dizer aos meus recrutas que esta farda que visto, igual à vossa, tem seus espinhos e temo, tenho medo de não vestir duma fôrma aproximada como os que — «dormindo com Saudade maior da Patria em humilde jazigo, que aqueles, que em urnas de alabastro, deixarão duma vida sem nome ociosa memória» a 100 léguas de distância iam formar os dominios dum Portugal Maior.

Soldados! nessa Flandres longiqua, vossos irmãos passaram muitos e longos dias de armas na mão, olhar á espreita, ouvido á escuta, pulsação apressada, mas coração ao alto, prontos a mostrarem ao formidável inimigo, á militar Alemanha, que sôbre a terra onde tremulava bandeira igual Aquela, morria-se de tudo menos de «parto ou mêdo», para me servir de uma frase do valente general de quem era ajudante de campo; assim o provamos em toda a estada em campanha, cobrindo-se as nossas tropas de glória repelindo ataques inimigos, fazendo *raids*, obrando prodigios como na madrugada louca do 9 de abril. Aí o heroismo, o valor, a abnegação dos Gambuzios de Portugal, como na épica defesa de La Conture, honrou a Bandeira.

Moçambique recorda-nos a passagem teimosa do Rovuma, o sofrimento louco de Newala, a loucura heroica de M'kula. Aqui, Soldados, o valor militar dos portugueses foi tão su-

blime que o general alemão ficou deveras surpreendido ao saber que as forças do seu comando se haviam batido apenas com uma companhia ás ordens dum capitão; e assim as forças alemãs prestaram todas as honras aos nossos gloriosos mortos; em seguida sendo chamado o capitão português, o general alemão, entregando-lhe a espada, disse-lhe que lhe ia dar a liberdade como prémio pela maneira como se haviam batido, mas queria que de antemão dêsse a palavra de honra como êle e os seus soldados não mais combateriam os alemães. Impossível — foi a resposta do capitão, «não permito que as minhas praças tomem tal compromisso, que o próprio regulamento de campanha proíbe e quanto aos oficiais êles não empenham a sua honra.»

Angola recorda-nos Naulila, onde a cavalaria portuguesa ás ordens do indomável e intrépido tenente Aragão, vem no galopar vertiginoso e macabro para o aceso da luta, sacrificando-se com o sorriso nos labios, para que os irmãos dar-mas á custa da sua temeraria bravura não tivessem um desastre irreparavel. Aragão ferido é feito prisioneiro e a maior parte dos seus bravos oficiais e soldados morreram; mas honraram o nome português e deram novos louros á nossa cavalaria. Senhores Oficiais, permiti um parêntesis para realçar mais a figura do tenente Aragão. Como sabeis, ao principiar a acção de Naulila, êste moço tenente com os seus dragões encontrava-se em Calveque; mas ao ouvir o ribombar do canhão para os lados de Naulila, ei-lo lançando-se livre e sofregamente para a fornalha. Medindo bem pela grandeza do quadro e proporções bem diferentes pelo scenário numeroso e nome dos personagens, tomo a liberdade de vos recordar Waterloo. Aí pelas disposições de Napoleão é que á luz clara da história militar vemos e compreendemos bem que seria uma batalha de muitos dias e não de algumas horas como foi. Não pretendo amesquinhar Wellington, mas direi que êste muito deveu a Vitoria sôbre o vencedor de Marengo e Austerlitz, porque um general companheiro de Napoleão, cujo nome está riscado da minha memória, quis chamar a prudência sôbre si e não foi lançar as suas forças na fornalha próxima. Aragão, senhores, procedeu doutra forma — oh! mil vezes a precipitação e nunca a prudência quando irmãos de armas estejam a batalhar. Para a frente, para a frente é o caminho!

\*  
\*      \*

Os Soldados só teem duas espécies de dias grandes. O primeiro é êste em que contraís com a Patria êste dever nobilitante de estardes prontos para a defender; o segundo são os dias de combates, em que entre o vendaval dos tiros e o turbilhão das cargas, uniforme rôto mas honrado, corpo alquebrado e ferido por sôbre a lama, mas a alma num sonho, vemos a Vitória acariciando a nossa Bandeira. Hoje, recrutas de cavalaria n.º 4, deixais de ser rapazes para serdes em toda a aceitação do termo um homem. De braço estendido, neste dia feliz da vossa e minha vida, aqui deante dos vossos superiores, com voz profunda, bem de dentro do peito onde a honra é o vosso pudor varonil, oferecendo em sacrificio á Patria a Vida, dizeis, juro pela minha honra defender sempre a Bandeira de Portugal com unhas e dentes. Foi assim que a defendeu um nosso antepassado, o Decepado.

\*  
\*      \*

A Glória dos Portugueses é tão grande que à sua sombra têm florescido os outros povos. Fomos nós que descobrimos o Mundo, dobrando a Africa, indo à India, à China e Oceania, descobrindo o Brasil e a America, rodeámos o globo ensinando aos outros a andarem sôbre as ondas como hoje ainda dois portugueses, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, mostram ao universo atónito como se desliza sôbre os ares!

Tenho também de dizer-vos, Soldados, que na paz é tão nobre aquele que dorme no quartel como o que tendo já recebido a sua instrução militar vai amanhar a terra, explorar o mar, trabalhar na oficina, frequentar as escolas, quer dando o trabalho do braço quer o da intelligência para o serviço comum e educar os filhos no são respeito e amôr pela Nação. Aqui no regimento, solenemente o digo, só se ensina o caminho do dever, sendo a biblia a disciplina e Patria o altar, recebendo dos vossos superiores só bons conselhos. Tenho a certeza que sois iguais áqueles que às 4 horas da madrugada de 19 de março de 1918, tive a honra de acamaradar e dos

quais um distinto oficial de infantaria e scintilante escritor disse: «num *elan* de admirar aos proprios franceses, movidos todos por uma móla invisivel, correm, vôam a curta distância que os separa da trincheira, precipitando-se cegos, terriveis, como leões acirrados, galgando fantasticamente as defesas acessórias mais densas do que as nossas e caem sôbre a 1.<sup>a</sup> linha», tudo devastando até à 2.<sup>a</sup>

Soldados, nascemos com a própria Patria fortes, bravos e galantes, desde a fundação de Portugal, dando as conquistas e quebrando encantos dos navegadores. Mixto guerreiro de Fé e de Sonho, somos a pura essência portuguesa, cimentada aos golpes das Espadas, abençoada nos braços da Cruz, dominando o Mundo, saudando em corajosas aventuras o sólo queimado da Africa, o panganismo hindustão, as riquezas do Brasil, castigando os crimes na costa chinesa.

Como Soldado como vós, sei entusiasmar ao falar do meu Portugal, não sabendo mentir ao rezar as suas glórias. E a verdadeira história portuguesa é superior a todas as fantasias humanas!! E fantasias não as tem e não pôde mentir o soldado que nunca deixou de crêr em Deus e na eternidade de Portugal!!

Para celebrar hoje o dia do vosso juramento, evoco as sombras gigantescas dos nossos antepassados. Conde Henrique fundando o condado portugalense, Afonso Henriques erigindo uma Pátria para alargar o Cristianismo, Reis guerreiros da 1.<sup>a</sup> dinastia, Nuno Alvares dos Atouros, Aljubarrota e Valverde para não deixar morrer o Portugal que tinha que dar o Portugal Maior, Portugal de D. João 2.<sup>o</sup>; Portugal das caravélas, Brasil e India, o pesadêlo de Alcacer Kibir, subjogado mas não acabrunhado pelo vento que foi de má sorte da 3.<sup>a</sup> dinastia, Portugal de D. João IV; da guerra da independência e invasões francesas, das campanhas coloniais, o leal e nobre Portugal da Conflagração Europea e da travessia aérea do Atlantico! É que, meus Senhores e Soldados, quando dentro dêste canto abençoado se levanta a figura viril do **Soldado**, ela traz dentro de si todas as virtudes atávicas da Raça, a valentia de Viriato, o desembaraço de Sertorio, a inteligência arábica, a aventura finica, o engenho wisigotico, a arte grega, a fé romana e a fidelidade de um Cruzado! São estas virtudes herdadas pelos lusitanos dos povos que por



aqui passaram que escreveram sob o sólo sagrado da minha Patria a profecia—Portugal é eterno. Foi o que em 9 de abril sentiram os soldados da Alemanha ao lançarem 8 escolhidas divisões de manobra contra a 2.<sup>a</sup> divisão portuguesa.

Soldados! firmes, olhos na Bandeira, enquanto as quinas e castelos forem o farol de uma Raça, que crê, que combate e que vence, Portugal será sempre ávante!

Vou terminar, mas reclamo neste momento e logar a presença espiritual das gerações valorosas de Soldados que tão engrandecida têm tornado esta terra lusa, para que bafeje nas vossas almas todo o nobre e grande amôr da Patria, para que na hora em que o clarim da guerra cangloar nas ceranias, tenhais um único pensamento, uma única ambição e um único grito, grito que estremeça os nervos e acorde esperanças, seja êle —Portugal!

H. M.

Tenente de cavalaria (C. G.).

---

## CRÓNICA MILITAR

### Alemanha

**Manifestações da actividade industrial da Alemanha.** — Durante o ano de 1921 entravam na Alemanha os seguintes productos minerais, constituindo matéria prima para as suas indústrias :

- 10.371 toneladas de minério de cromio ;
- 27.763 ton. de Wolfrn ;
- 108.311 ton. de minério de cobre ;
- 3.067 ton. de minério de níkel ;
- 28.850 ton. de minério de zinco ;
- 4.336 ton. de estanho em bruto.

Por aqui se poderá avaliar a grande actividade industrial da Alemanha. Basta notar que os operários das fábricas trabalham 10 e 12 horas por dia, e êsse trabalho é todo produtivo, pois há países em que se diz trabalhar 8 horas por dia, mas que, na realidade, de trabalho útil não se apuram 6 horas!

Em tais países como será possível fazer baixar o preço dos diversos artigos?

### Estados Unidos

— **O novo regulamento de manobra da infantaria.** — O novo regulamento provisório de manobra da infantaria americana foi moldado no regulamento francês, contendo porém algumas diferenças características.

— Compreende cinco capítulos assim designados :

- Cap. I—Instrução ;
- Cap. II—As armas da infantaria ;

Cap. III—Generalidades sôbre o combate;

Cap. IV—O combate ofensivo;

Cap. V—Ceremónias e inspecções.

Para não nos tornarmos fastidiosos no exame de cada capítulo, iremos examinar os pontos capitais dos assuntos que oferecem maior interêsse.

—A *instrução militar* deve ter exclusivamente em vista obter a vitória no campo de batalha e para isso a instrução deve ser dirigida inteligentemente e ter o desenvolvimento necessário e indispensável para se obter a disciplina, se utilizar convenientemente as armas e o terreno e obter um moral elevado.

Tais são as exigências do combate moderno, além das qualidades de valor do comando e da resolução decidida de vencer o adversário.

Depois, tratando das *qualidades que deve possuir a infantaria*, o regulamento frisa bem quais sejam os difíceis e numerosos deveres de uma infantaria moderna:

«Tenacidade para conservar tôdas as vantagens adquiridas, manter uma disciplina individual e colectiva para resistir à acção depressiva do fogo inimigo, e procurando dominar êste e manter a vontade de ir até ao combate corpo a corpo no ataque, ou esperar o inimigo à baioneta na defesa; ter a preparação e treino para suportar as fadigas e as perdas, nas marchas e nos combates».

Para ter uma infantaria nestas condições é preciso adoptar uma instrução intensa e metódica, sem manóbras complicadas.

—Passando a enumerar as armas da infantaria, considera como indispensáveis para o combate moderno: a espingarda com baioneta; a espingarda-metralhadora; as granadas; a metralhadora; a peça de 37 m/m; o morteiro ligeiro (Stokes).

Considera indispensável a instrução à baioneta com o fim de desenvolver no infante o espírito ofensivo.

A espingarda é ainda a arma cujo fogo de frente tem o maior efeito.

Enumera três espécies de fogo: *fogo por descargas* (no começo de uma acção defensiva); *fogo à vontade* (normal na defensiva e ofensiva); *fogo de cartuchos contados*, ou no começo do combate, ou para executar curtas rajadas.

—A *espingarda-metralhadora* é utilizada especialmente no tiro de enfiada, permitindo uma grande densidade de fogo com um reduzido número de atiradores.

Arma de grande mobilidade, pouco vulnerável, mas imprópria para o tiro indirecto.

A *metralhadora*, pela fixidez do reparo, permite o tiro indirecto e é a arma por excelência do tiro de noute e do tiro de enfiada. Nunca devem ser empregadas isoladamente, agrupando-se, pelo menos, duas.

As *granadas* mantem a sua importância na defensiva, e na guerra de trincheiras, mas tendo pouca aplicação na guerra de movimento.

A *peça de 37 m/m* é considerada como indispensável à infantaria em virtude da sua mobilidade, da possibilidade de executar o tiro indirecto, de ter grande precisão o seu tiro, com um alcance de 1:200 a 1:500 metros, e sendo a arma mais eficaz contra as metralhadoras inimigas.

—O *morteiro Stokes*, sendo muito vulnerável na defensiva, é preciso mudá-lo frequentemente de posição; mas tem grande aplicação sobre os objectivos próximos da linha de combate.

O morteiro ligeiro é a arma por excelência da barragem na defensiva. Emprega duas especies de projecteis: a granada explosiva e a granada incendiária.

—Como *armas auxiliares* da infantaria, o regulamento aponta a artilharia de apoio imediato, que é temporariamente posta à disposição da infantaria na luta contra os objectivos não observáveis das posições da massa de artilharia.

—As *batarias de infantaria* são postas, por unidades constituídas, à disposição dos comandantes de brigada ou de regimento. As *peças de acompanhamento* ficam à disposição dos comandantes de batalhão.

As missões, tanto de umas como de outras são temporárias; e, logo que sejam terminadas as suas missões, voltam às unidades divisionárias a que pertencem.

No caso em que se dê um grupo de baterias a uma brigada de infantaria, 2 baterias constituem a artilharia de infantaria, e a terceira bateria é repartida pelos batalhões de ataque, como *peças de acompanhamento*.

— O comandante do grupo de baterias conserva-se junto do general de brigada, ou como comandante da artilharia, no caso em que aquele conserve as baterias à sua disposição, ou apenas dirige o reabastecimento das baterias, no caso em que sejam repartidas pelos regimentos.

— As baterias de infantaria tem por missão atacar os importantes centros de resistência, deter os contra-ataques e bater as reservas inimigas. Os observatórios devem estar junto das baterias.

— O papel das peças de acompanhamento é atacar as metralhadoras, os carros e os pontos de apoio. Empregam o tiro indirecto com o desenfiamento dos clarões com uma forquilha de 400<sup>m</sup>, e às distâncias de 500 a 1,500 metros.

Estas peças entram em posição a braços, compartilhando deste serviço os soldados da infantaria das reservas de batalhões, os quais também auxiliam o remuniamento.

Os oficiais de infantaria que dispõem de baterias ou de peças devem indicar a situação, as disposições tomadas e a sua missão.

— As particularidades técnicas pertencem aos artilheiros, que devem muitas vezes actuar por própria iniciativa, escolhendo os objectivos.

— Também se põe à disposição da infantaria *baterias de obuses*. Neste caso o comandante da unidade de infantaria indica ao capitão da bateria a situação e o objectivo a bombardear, ficando este com a liberdade de escolher a posição.

Enquanto não tem recebido a sua missão, o capitão da bateria de obuses conserva-se junto do comandante de infantaria; e, recebidas as suas instruções, vai para junto do comandante da unidade que apoia, do qual recebe as indicações necessárias, procedendo então ao reconhecimento, ao mesmo tempo que manda avançar a bateria para a posição escolhida. Apenas se deve procurar o desenfiamento às vistas, organizando-se um abrigo com sacos de terra.

Terminada a missão, os obuses são carregados e avançam para uma nova posição.

— Os *carros de combate*, quando empregados como órgãos de acompanhamento, ficam sob as ordens directas dos chefes de infantaria, sendo dispostos em profundidade.

Deve-se-lhes dar uma missão precisa e objectivos bem definidos, cuja situação é determinada por esclarecedores de infantaria.

Na ocasião em que os carros são lançados ao ataque, a infantaria deve ficar a uma distância tal que não tenha a sofrer os tiros dirigidos contra os carros.

— Os carros ligeiros, empregados de preferência nas guerras de movimento, são muito vulneráveis ao tiro de artilharia, às minas terrestres e são facilmente detidos pelo enrolamento de fios de ferro.

— Os *aviões* são hoje uma arma auxiliar da infantaria, devendo haver um homem por pelotão para reconhecer e seguir os aviões.

Depois de dar mais algumas indicações sobre a cooperação dos aviões com a infantaria e indicar os meios de comunicação, o regulamento passa a dar algumas indicações sobre a *organização das unidades*.

A *brigada* é constituída por um comando (general e 2 oficiais do E. M.), 2 regimentos de infantaria e um batalhão de metralhadoras de brigada, com 4 companhias de metralhadoras, cada uma a 3 pelotões e éstes a 2 máquinas.

A brigada é considerada uma unidade exclusivamente *táctica*.

— O *regimento, unidade táctica e administrativa completa*, é constituído organicamente por:

1.º — Um E. M. (coronel, tenente-coronel, capitão adjunto, oficial de informações, oficial de ligações, oficial provisôr e um médico);

2.º—Três batalhões de infantaria;

3.º—Uma companhia de metralhadoras de regimento com 3 pelotões de 4 máquinas;

4.º—Uma companhia, compreendendo a música, o pelotão de ligação, o pelotão de morteiros ligeiros, ordenanças e amanuenses, e maqueiros e enfermeiros;

5.º—Uma companhia de reabastecimento (T. R.).

—O regimento pode ainda ter: art.<sup>a</sup>, eng.<sup>a</sup>, carros de combate e sinaleiros.

O *batalhão* é considerado a *unidade de ataque*. É organicamente constituído por:

1.º—Um E. M., (comandante, tenente-ajudante e 1.º sargento de batalhão);

2.º—Quatro companhias de infantaria;

3.º—Trem de combate (T. C.).

O batalhão pode ser reforçado por uma parte das armas de acompanhamento e dos serviços do regimento (metralhadoras, engenhos, sinaleiros, serviço de saúde).

—A *companhia* é uma unidade administrativa e a menor unidade de infantaria que pode sustentar por algum tempo o combate, podendo reparar as suas perdas por meio dos *apoios*. A companhia é constituída por:

1.º—Grupo de comando e de administração, que compreende: O capitão, o tenente mais antigo, o 1.º sargento (que é ao mesmo tempo o ajudante da companhia), um 2.º sargento-provisor, um cabo-amanuense, um 2.º sargento do rancho, dois corneteiros, 4 sinaleiros, 4 serralheiros e 4 cosinheiros.

2.º—Quatro pelotões.

—O *pelotão* é a menor unidade que é comandada directamente á voz ou por um gesto do chefe.

O pelotão é constituído por:

1.º—Grupo de comando: tenente, comandante do pelotão, 2.º sargento e 4 soldados estafetas;

2.º—Duas secções.

—A *secção* é a unidade de escalonamento, a unidade normal de execução dos fogos e a unidade de marcha do pelotão desenvolvido. Compreende: um sargento, guia do pelotão e chefe de secção; um cabo guia de secção; e três esquadras.

—A *esquadra* (grupo de combate) é a base da organização da companhia. Compreende: 1 cabo, 1 fuzileiro-metralhador, um municionador, um granadeiro V. B., dois esclarecedores e 2 soldados sem especialização.

Todos os homens são armados de espingarda, excepto o fuzileiro-metralhador.

Todos os homens são instruídos no manejo da F. M., e no lançamento de granadas.

## Espanha

**O orçamento do corpo de carabineiros.**—Êste corpo tem ultimamente tomado um importante desenvolvimento, e no novo orçamento está previsto um aumento de efectivo. A enumeração das diferentes verbas que figuram no orçamento para o resto do ano economico de 1922-1923 dá uma idea da importância que tem tomado êste corpo de fiscalização do vizinho reino.

Direcção geral.....	478.000	pesetas;
Colegios.....	162.930	»
Oficiais dos comandos.....	3.734.800	»
Tropa.....	39.670.385	»
Oficiais do quadro da reserva.....	326.000	»
Gratificações.....	700.500.000	»
Subsidios.....	170.000	»

Rações, remonta.....	1.184.050	pesetas;
Bonificações.....	1.252.067	»
Material de secretaria.....	269.140	»
Embarcações.....	221.100	»
Aquartelamentos.....	2.598.732	»
Readmissões.....	1.661.140	»
Transportes.....	220.000	»
Motocicletas e bicicletas.....	312.000	»
Pistolas.....	200.000	»
Construções de edificios.....	4.075.000	»
Despesas diversas.....	108.000	»
Vigilância de salinas.....	2.500	»

## França

**Ciclo de informação para generais e coroneis.**—Os oficiais que devem seguir o ciclo de informação, indispensável para a promoção, constituem três categorias, como acaba de ser determinado por uma *circular*.

A 1.<sup>a</sup> categoria ou grupo é constituída pelos generais de brigada e coroneis já indicados para seguirem em 1923 o «*curso dos altos estudos militares*», cujo número é proximamente de 30. (1)

A 2.<sup>a</sup> categoria é constiuída pelos generais de brigada e coroneis, não indicados para seguir o curso dos altos estudos, no próximo ano, e que *solicitem* para tomar parte no ciclo, podendo êste número ser de 40.

A 3.<sup>a</sup> categoria pertencem os generais, comandando corpos de exército ou divisão e que, a *seu pedido*, queiram assistir a todo ou a parte do ciclo.

Os oficiais que desejem tomar parte nos estágios e exercicios assim o devem requerer até 22 de agosto.

—Os oficiais da 1.<sup>a</sup> categoria fazem um estágio no «*centro de estudos tácticos de artilharia*» e outro nos «*centros de estudos e escolas de Versailles, Joinville e Fontainebleau*», cuja duração é de 2 meses.

—Os oficiais da 2.<sup>a</sup> categoria têm um estágio em Bitché, de 11 a 16 de setembro, e assistem aos tiros de demonstração da 3.<sup>a</sup> serie de Metz, e outro nos centros de estudos e escolas de Versailles, Joinville e Fontainebleau, durante os meses de outubro, novembro e dezembro, constituindo para isso dois turnos.

—Os oficiais da 3.<sup>a</sup> categoria alternam com os da 2.<sup>a</sup> nos estágios das escolas, e seguem o curso dos altos estudos militares, de 30 de novembro a 6 de dezembro.

**Aumento das pensões de reforma no exército.**—Segundo o projecto apresentado pelo deputado, Mr. Lugol, as pensões de reforma dos oficiais terão um aumento de 40 a 50 %, e é calculado sôbre o soldo de efectividade com a subvenção temporaria.

Desta forma a pensão máxima de reforma de um general de divisão será de 18.000 francos; de um general de brigada, de 16.768 frs.; de um coronel, 13.699 frs.; de um tenente-coronel, 11.426 frs.; de um major, 10.445 frs., (2.<sup>o</sup> escalão) ou 9.734 frs., (1.<sup>o</sup> escalão); de um capitão, 8.498 frs. (4.<sup>o</sup> escalão), indo até 7.219 frs. (1.<sup>o</sup> escalão); de um tenente (constituindo também 4 escalões), de 6.281 frs. (4.<sup>o</sup> escalão) a 5.286 (1.<sup>o</sup> escalão); de um alferes, 4.448 frs. (2.<sup>o</sup> escalão) ou 4.164 frs. (1.<sup>o</sup> escalão).

As pensões de reforma das praças é também aumentada, na proporção de 30 a 40 %.

Assim o sargento-ajudante-chefe tem a pensão máxima de 4.406 francos; o sargento-ajudante de batalhão terá 4.100 frs.; o 1.<sup>o</sup> sargento, 3.213 frs.; o 2.<sup>o</sup> sargento, 2.958 frs.; o cabo, 1.500 frs.; o soldado, 1.500 frs.

(1) O curso do *Centro dos Altos Estudos militares* dura 10 meses.

Ha, como vemos, uma lógica graduação de posto para posto, não se notando as anomalias, que a tal respeito se observam noutros exércitos.

**As readmissões.**—As readmissões, levadas em conta nas operações de recrutamento de 1921, elevam-se a 22.282, sendo: 2.025 readmitidos por 5 anos (dos quais 1.068 são sargentos); 7.734 readmitidos por 4 anos (dos quais 512 são sargentos); 2.400 readmitidos por 3 anos (dos quais são 1.608 sargentos); 6.954 readmitidos por 2 anos (dos quais são 6.255 sargentos); 468 readmitidos por ano e meio (dos quais 428 são sargentos); 6.499 readmitidos por um ano (dos quais 5.684 são sargentos); 3.202 readmitidos por 6 meses (dos quais 2.515 são sargentos).

Temos, portanto, 18.100 sargentos e 4.182 praças (cabos e soldados) readmitidos.

O número de readmissões é, desta forma, muito inferior ao que tinha lugar noutros tempos.

Conquanto as readmissões contribuam para desfalcar os contingentes anuais, e portanto o efectivo de mobilização, é porêem certo que se torna indispensável ter elementos instruídos para enquadrar a massa de soldados com uma instrução muito reduzida, como sucede nos modernos exércitos.

**O general Maistre. Mais um grande chefe que morre.**—Ainda ha pouco transpunha os umbrais da eternidade o general Humbert, comandante do IIIº exército, e agora mais um grande chefe, o general Maistre morre com 64 anos de idade.

—Um dos mais ilustres professores da escola superior de guerra, foi também um dos mais distintos chefes na guerra mundial. Na batalha de Malmaison, em outubro de 1917, se se pôs de manifesto a genial concepção do general Pétain, é certo que a execução foi magistral por parte do general Maistre.

Depois, em 1918, comandando um grupo de exercitos, se notabilizou na grande batalha da Champagne.

Toda essa pleiade de generais saídos da escola superior de guerra, e onde foram, a maior parte, professores, manteve as belas tradições desta escola e levantou bem alto o prestígio do exército francês.

Quem não leu com viva emoção as "*lições de tactica aplicada*", do que era então tenente-coronel, e depois não seguiu no decurso da guerra a maneira como êste grande chefe realizava nos campos de batalha o que nessas lições desenvolvera com proficiente lucidez!

A sua acção não foi menos admirável do que a dos outros professores e mestres da guerra: Foch, Pétain, Fayolle, Franchet d'Esperey, Buat, etc.

O general Maistre morreu com 64 anos.

O seu funeral revestiu o maior luzimento, e foi uma homenagem sentida ao grande general francês. Entre as numerosas coroas que foram ofertadas sobressaíam as do exército americano, do exército italiano, do conselho superior de guerra e a do regimento n.º 106 de infantaria.

No cortejo fúnebre tomaram parte grande número de generais franceses e estrangeiros, entre os quais se notavam o general inglês sir Carlos Stackville, adido militar e o tenente-coronel Vuran, adido adjunto; o general belga Joostens, adido militar; o general Michel Sawoff, enviado extraordinário da Bulgaria; e os adidos militares italianos.

Foi o marechal Pétain que discursou na igreja de S. Francisco Xavier, em nome do exército. O general Joffre, que não acompanhára o cortejo desde o seu início, reuniu-se depois neste templo.

Apenas esteve doente três dias, e teve a perfeita consciência que a morte se aproximava, não mostrando qualquer fraqueza e "*morrendo em paz com Deus e com os homens*", como disse o marechal Pétain no seu discurso fúnebre.

Falou também, em nome do exército belga, o general Joostens. As

tropas que prestaram as honras militares eram comandadas pelo general Andrieux.

O corpo foi depois transportado num furgão para a estação de Este, donde se dirigiu para Bourbonne-les-Bains, terra da sua naturalidade.

**Quadro sinótico das escolas de instrução militar destinadas em França á formação de oficiais e sua preparação para os altos comandos, em harmonia com as lições derivadas da grande guerra.**— Como consequência das lições tiradas da grande guerra, as escolas militares da França teem sido remodeladas, na sua organização e plano de estudos. Teem sido também criadas novas escolas, correspondendo a especialidades, e teem sido organizados cursos especiais para preparar os oficiais para os diversos comandos superiores. Procuraremos sintetisar num quadro todas estas transformações.

**Infantaria**—Os individuos com o curso secundário entram na escola de St. Cyr, cujo curso é de 2 anos, sendo depois promovidos a alferes. Os sargentos fazem o curso da escola de St. Maixent, que é de 11 meses, e só então são promovidos a alferes.

—Os subalternos frequentam durante 3 meses o centro de instrução de Sables-d'Olonne e também podem ser chamados a assistir durante 2 meses às experiências que se realizam em Chalons.

—Os maiores e tenentes-coroneis fazem um *curso de aperfeiçoamento*, a cargo do centro de estudos da infantaria, que dura 3 semanas em Mailly.

Os officiaes superiores frequentam durante 2 meses o centro de estudos táticos de artilharia, em Metz.

**Cavalaria**—Os individuos com o curso secundario entram na escola de St. Cyr, onde fazem um curso de 2 anos sendo depois promovidos a alferes, e indo para a escola de aplicação de Sáumur, como alferes, fazer um curso de 11 meses. Os sargentos fazem um curso de 11 meses na escola de aplicação de cavalaria de Sáumur. Os maiores e t-coroneis vão à escola de aplicação da arma fazer um curso de aperfeiçoamento de 3 semanas.

**Artilharia**—Os individuos com o curso dos liceus entram na escola politécnica, onde fazem um curso de 2 anos, passando depois à escola de aplicação de Fontainebleau, onde estão 11 meses. Os sargentos vão à escola militar de Fontainebleau, fazer um curso de 11 meses. Os capitães, comandantes de bat.<sup>a</sup> vão aos campos de Mailly e de Bitche fazer um curso de tiro de 5 semanas. Os maiores e t-coroneis vão ao campo de Mailly fazer um curso de aperfeiçoamento, que dura 3 semanas.

Os officiaes subalternos podem fazer um curso superior técnico de art.<sup>a</sup>, em Paris, que dura 7 meses.

**Engenharia**—Os individuos com o curso dos liceus fazem um curso de 2 anos na escola politécnica, indo depois à escola de aplicação de Versailles, fazerem um curso de 11 meses. Os sargentos fazem um curso de 11 meses na escola militar de engenheiros de Versailles. Os capitães provenientes da E. politécnica, podem ir à escola de aplicação de engenheiros para fazer o *curso técnico*, que dura 11 meses.

Os maiores e t-coroneis fazem um curso teorico de 2 semanas em Versailles e um curso de aperfeiçoamento de 3 semanas na escola de aplicação de eng.<sup>os</sup>

**Aeronáutica**—Os officiaes, ou provenientes de St. Cyr ou da E. politécnica, fazem um curso de 8 meses no centro de estudos de aeronáutica de Versailles e 5 meses no centro de aviação de Avond; ou 3 meses nas especialidades de aviação de Bordeaux; ou 6 meses (para pilotos) em Istres; ou 3 meses no centro de aerostação de Cosme.

Os officiaes da classe de sargentos provenientes de alguma das escolas militares, podem fazer um curso de 5 meses (Avond), ou de 3 meses (Bordeaux) ou de 6 meses (Istres), para a aviação, ou de 3 meses, em Cosme, para aerostação. Os capitães fazem um curso de 6 semanas no cen-

tro de estudos de aeronáutica de Versailles, e cursos de especialidades de 4 meses em Bordeos (aviação), ou de 6 semanas em Cosme (aerostação).

Os maiores e t-coroneis seguem um curso prático de uma semana em Mailly e um curso de aperfeiçoamento da arma, de 2 semanas, em Versailles e de uma semana em Mailly.

**Intendência**—Os oficiais subalternos de todas as armas fazem um curso de 2 anos em Paris.

**Saúde militar**—Os estudantes de medicina seguem um curso de 4 anos na escola de saúde militar de Lyon ou de 4 anos (armada) na de Bordeos. Estes e os médicos civis, vão à escola de aplicação de Val-de-Grace fazer um curso de 9 meses, ou de 7 meses na E. de aplicação de serviço de saúde das tropas coloniais em Marselha.

**Farmacia**—Como os de medicina.

**Veterinária**—Os alunos diplomados das escolas veterinárias fazem um curso de 11 meses na escola de cav.<sup>a</sup> como aspirantes.

**Administração**—Sargentos e oficiais de reserva em serviço fazem um curso de 11 meses na escola de administração militar, em Vincennes.

**Corpo de trem**—Sarg.<sup>tos</sup> e of. de reserva em serviço fazem um curso de 11 meses na escola militar de art.<sup>a</sup> de Fontainebleau, havendo um curso de especialistas do trem automovel, de 5 1/2 meses, em Fontainebleau.

**Gendarmaria**—Os of. de todas as armas fazem um curso de 3 meses na escola militar de gendarmaria de Versailles; os sargentos da gendarmaria fazem um curso de 7 meses na E. militar de gendarmaria em Versailles.

**Carros de combate**—Os oficiais provenientes de St. Cyr ou Politécnica, ou da E. de infant.<sup>a</sup> de St. Maixent, fazem um curso de 11 meses no Centro de estudos de carros de combate, em Versailles, indo depois como capitães fazer um curso de 6 meses em Versailles.

Os maiores e t-coroneis frequentam o centro de estudos de carros de combate de Mailly, e um curso de aperfeiçoamento (de 2 semanas em Versailles e de 1 semana em Mailly).

O «**dia de fogo**» e a «**Unidade de fogo**»,—A «**Instrução**» de 31 de outubro de 1917 *sobre a acção ofensiva das grandes unidades*, tinha estabelecido com o caracter regulamentar a denominação «**dia de fogo**» na artilharia como sendo o consumo *médio* de munições previsto para cada peça numa determinada operação de guerra de alguns dias, e abrangendo a preparação e a execução. Esta mesma noção foi mantida na «**Instrução provisória do serviço de campanha da artilheria**» de 15 de junho de 1919, onde fixa como *dia de fogo* para as diferentes bocas de fogo os seguintes números:

Artilharia ligeira de 75 .....	300 tiros
» pesada » 105 .....	150 »
» » » 145-155 .....	} ..... 120 »
» » » 155 L. S. ....	
» » » 155 G. P. F. ....	
» » » 155 C.....	
» » » 220 .....	100 »
» » » 280} .....	} ..... 60 »
» » » 240} .....	
» » » 305.....	30 »
» » » 340.....	20 »
Morteiro de 370.....	50 »
Obus de 370.....	40 »

Porém uma «**Circular**» recentemente publicada veio substituir a denominação «**dia de fogo**» por «**unidade de fogo**», por isso que a primeira denominação envolvia a idéa de limite de consumo, o que não correspondia á realidade prática



Em virtude desta nova classificação, os valores atribuídos à *unidade de fogo* são os seguintes:

150 Morteiro de trincheira (M. T.) 1917.....	15 tiros
240 L. T.....	5 »
65 M. (peça de montanha).....	150 »
75 (peça ligeira de campanha).....	200 »
105 } peças.....	100 »
120 L. }	
155 (obus Schneider).....	75 »
155 L. 18 (peça).....	75 »
155 L. 17 S. ».....	100 »
155 G. P. F.....	100 »
145.....	100 »
194 peça (caterpillar).....	50 »
220 (morteiro).....	60 »
220 L. (peça).....	50 »
240 (reparo St. Chamond).....	10 »
340 } (obuses).....	5 »
370 }	
400 (obus).....	3 »
280 (peça).....	10 »
240 (peça para as colonias).....	10 »

Houve, pois, uma redução nas dotações de munições com o fim de simplificar o serviço de remuniamento.

*O novo programa da escola superior de guerra.* — Algumas alterações foram introduzidas nas Instruções que regulam o concurso de admissão à escola superior de guerra em 1923, e bem assim nos respectivos programas desse exame.

— Na *prova topográfica* os candidatos terão de mostrar em presença de um fragmento de carta de 1/50.000 os caracteres gerais do terreno, que deverão representar empregando curvas distanciadas de 10<sup>m</sup>, dispondo para isso de um fragmento (0<sup>m</sup>,07 × 0<sup>m</sup>,10) planimétrico na escala de 1/20.000, contendo um determinado número de côtas.

Esta prova é pois simplificada, em relação ao que se pedia antes de 1914, e o tempo é aumentado de uma hora (3 horas em lugar de 2).

— O programa de *história militar* foi também remodelado, na sua forma e no seu espírito, passando a ter maior coeficiente de importância (7 em vez de 5).

Não se limita agora a um estudo sumario das campanhas, mas exige-se o estudo tático de algumas campanhas de maneira a poder-se fixar a evolução da arte da guerra nessas campanhas, de maneira que os candidatos fixem para cada periodo a influência que o armamento e as instituições militares exerceram sobre a forma e desenvolvimento das operações.

O programa para 1924, inspirando-se nesses principios, exige o estudo da batalha de Leuthen, da batalha de Auerstadt, da marcha sobre Bruxelas e batalha de Waterloo, assim como o estudo pormenorizado da batalha de Liao Yang. Para 1923 é exigido o estudo da batalha de Praga, em lugar da de Leuthen; da manobra de Bonaparte contra Alvinzi e das batalhas de Arcole e de Rivoli; o estudo pormenorizado da batalha de Magenta, e as operações em Maryland em 1863 e batalha de Gettysbourg; o estudo da campanha do Loire e da batalha de Caulmiers.

Como vemos, aumentou de importância o estudo da história militar.

**Concurso para médicos e farmaceuticos das tropas coloniais.** — A 20 de novembro do corrente ano tem lugar em Marselha um concurso para o preenchimento de 15 lugares de médicos-ajudantes de 2.<sup>a</sup> classe e de 6 lugares de farmaceuticos ajudantes de 2.<sup>a</sup> classe das mesmas tropas.

São admitidos ao concurso os doutores em medicina e farmaceuticos

de 1.<sup>a</sup> classe tendo menos de 32 anos de idade, tendo satisfeito às obrigações da lei de recrutamento e comprovando a sua aptidão física para o serviço activo no exército metropolitano e nas colónias.

Os candidatos admitidos devem contrair a obrigação de servirem seis anos, a partir da sua nomeação, num corpo do exército colonial.

Os *médicos* tem de prestar as seguintes provas :

- 1.º — Composição escrita sobre uma questão de patologia geral ;
- 2.º — Exame clínico de dois doentes, um com uma afecção médica e outro com uma afecção cirúrgica ;
- 3.º — Uma prova de medicina operatória, precedida da descrição da região em que se vai operar ;
- 4.º — Interrogatório sobre higiene.

— Os *farmaceuticos* devem satisfazer às seguintes provas :

- 1.º — Composição escrita sobre uma questão de química farmaceutica ;
- 2.º — Interrogatório sobre física, química, história natural e farmacia ;
- 3.º — Preparação de um ou mais medicamentos inscritos no *codex* e determinação de substâncias diversas (minerais usuais, drogas simples, plantas secas ou frescas, medicamentos compostos) ;
- 4.º — Prova de química analítica, análise de ácidos e de bases contidos em sais dissolvidos.

As provas são apreciadas por valores numéricos de 0 a 20, sendo multiplicados por coeficientes de importância.

Estes coeficientes são : 12 para a prova escrita ; 15 para o exame clínico ; 12 para a medicina operatória ; 10 para a higiene ; 10 para física e química ; 10 para história natural e farmacia ; 12 para a preparação e determinação de substâncias ; 15 para a química analítica.

Tem um certo número de vantagens os candidatos que já tenham prestado serviço no exército e em campanha.

**A lei de 29 de junho de 1922 sobre o recrutamento dos oficiais de complemento.** — Se a guerra mundial mostrou que os quadros permanentes são insuficientes para enquadrar a grande massa de homens chamados às fileiras, e que por isso é necessário recorrer aos oficiais milicianos ou de complemento, por outro lado pôs em evidência a necessidade que ha em que estes oficiais tenham uma conveniente e eficaz preparação, não se podendo improvisar oficiais no momento da mobilização.

A bravura não basta na guerra a um comandante de tropas. É preciso inspirar confiança aos soldados, e para isso é indispensavel saber do "seu officio".

Se é necessário ter oficiais de complemento *numerosos*, é preciso que sejam porêem *instruidos*. Para satisfazer a este duplo fim é que foi publicada a nova lei de 29 de junho de 1922.

O *número* obtem-se dando vantagens ; a *instrução* consegue-se recrutando entre os alunos das diversas escolas, e ainda entre os sargentos do activo com um certo tempo de serviço.

Em virtude da nova lei, os officiais de complemento proveem :

- 1.º — Dos officiais do activo, licenceados ou na reserva ;
- 2.º — Dos sargentos, tendo servido mais de 5 anos ;
- 3.º — Dos candidatos a officiais de reserva admitidos em escolas especiais ;
- 4.º — Dos alunos das escolas superiores e liceais que tenham feito o curso de preparação militar superior.

Os candidatos a officiais de reserva fazem um exame durante os seus 6 primeiros meses de serviço, depois servem mais 6 meses na fileira, outros 6 meses na *escola de officiais de reserva*, e por fim ainda mais 6 meses como officiais, ou como sargentos, segundo o curso feito. Os alunos das escolas superiores, tendo feito o exame de preparação militar superior, entram logo nas escolas de officiais de reserva, indo depois fazer 6 meses de serviço como aspirantes e um ano como officiais.

Vê-se, pois, como os franceses procuram aproveitar as lições da última

guerra, que bem mostrou a insuficiência com que se apresentavam os oficiais milicianos, especialmente no exército britânico.

**Manobras de Oeste no campo de Coëtquidam.** — O general Boissoudy, membro do conselho superior de guerra dirigiu, de 6 a 18 de setembro, as manobras em que tomaram parte elementos de três corpos de exército (3.º, 4.º e 10.º). Em seguida, a artilharia executou fogos reais no campo de Coëtquidam.

Durante as manobras os serviços de ligação e transmissão tiveram um grande desenvolvimento, tendo merecido um cuidadoso estudo.

O *estado maior* da direcção das manobras compreendia 4 generais e 30 outros oficiais. Dêste estado maior faziam parte para o serviço da direcção: uma secção de 15 viaturas de turismo, 6 camionetes, 2 camiões e 12 motocicletas e respectivo pessoal; um destacamento de transmissões; uma secção ciclista; um esquadrão de cavalaria e um destacamento de gendarmes para o serviço de policia.

O general Giraud, comandante da 22.ª D. I. (em Vannes) era o chefe dos árbitros, sendo estes constituídos por 14 oficiais superiores e 40 oficiais subalternos, como adjuntos daqueles.

O chefe dos agentes de ligação era o general de brigada Rampont, tendo à sua disposição 80 oficiais superiores.

O corpo de exército de ataque estava concentrado no dia 6 de setembro às 17 horas nos seguintes locais: Q. G. do corpo de exército, em Bain-de-Bretagne; Q. G. de uma das divisões em Bourg-des-Comptes, e o Q. G. da outra em Saint-Senou. A divisão da defesa estava concentrada no dia 5 às 17 horas no campo de Coëtquidam.

**Carros de combate** — Segundo foi ultimamente fixado, uma *companhia divisionaria de carros ligeiros de combate* (efectivo de paz) compreende: 5 oficiais e 105 praças; 24 carros ligeiros de combate, 1 carro-rádio, 25 camiões, 1 truck (para reparações), 1 carro para aprovisionamento, 6 camiões, 1 carro ligeiro, 1 truck (para serviço de gases), 1 automovel, 2 motocicletas, 1 carro cosinha, 1 carro para transporte de agua, 10 peças de 37 m/m e 14 metralhadoras.

## Inglaterra

**A escola militar de educação geral de Shorncliffe.** — Por julgarmos bastante interessante e instrutivo, vamos resumir as informações dadas pelo capitão D. Miguel Muzquiz do exercito espanhol, enviado em comissão a a Inglaterra, e cujo relatório foi ha pouco publicado na excelente revista «La Guerra y su Preparacion» sôbre o funcionamento da escola militar de Shorncliffe.

Em seguida á guerra, organizaram-se duas escolas, uma em Shorncliff a 4 km. do porto de Folkestone, e outra em Newmarket. Estas escolas tem por fim ministrar ás praças os conhecimentos gerais indispensaveis e um officio para que, ao terminarem o seu tempo de serviço (7 anos) se encontrem em condições de serem uteis cidadãos, a si e á patria, possuindo um modo de vida e os conhecimentos necessários a um cidadão. Ainda estas preparam praças e oficiais para serem professores nestas escolas e nas escolas regimentais. Os cursos destas escolas compreendem três gráus ou classes, havendo ainda um curso complementar, que se considera equivalente ao curso de uma universidade.

— Os professores destas duas escolas pertencem ao «Corpo da educação militar», recrutado por concurso entre os oficiais das diversas armas.

Cada escola tem: um tenente-coronel, director; um major, chefe da administração; um major, chefe de estudos; 5 majores, professores; 5 capitães e 6 tenentes, todos professores. Em cada batalhão de infantaria e em cada regimento de cavalaria e artilharia ha um oficial do corpo de educação mi-

litar para ministrar o ensino, em harmonia com os processos e metodos daquelas duas escolas, que podem ser consideradas como *escolas normais*. Os cursos nestas escolas duram 10 semanas, havendo entre cada dois cursos consecutivos um intervalo de 15 a 20 dias, de maneira a efectuar-se quatro cursos em cada ano.

—A êstes cursos podem assistir officiaes e praças das diferentes armas, de todas as categorias e sem limitação, e não havendo a preocupação se o professor tem posto inferior ao aluno, havendo já ocasiões em que, sendo o professor um tenente, tenha como discipulo um major.

Em geral, formam-se turmas de 15 a 20 alunos, tendo o mesmo professor de fazer em cada dia varias conferências,

Cada conferência dura uns 45 minutos, e é dividida em duas partes; uma destinada á explicação do professor, e outra ao interrogatório ou exposição pelos alunos.

Durante as conferências os professores procuram tornar amena a exposição, estando professor e alunos perfeitamente á vontade, não havendo aquella rigida disciplina como é vulgar nós compreende-la.

—No curso elementar ensinam-se as seguintes materias: contabilidade e escrituração comercial; história e direito usual; gramatica e literatura inglesa; geografia e leitura de cartas; mathematicas; francês; ligeiras noções de agricultura, hygiene, construções, electricidade e mecânica. Ensinam-se os seguintes officios: carpinteiro, reparações de motores, serralheiro, mecanografia, jardinagem, etc.

Êste curso é só destinado ás praças.

Os cursos immediatos são frequentados por praças e officiaes.

O 2.º curso compreende:

Inglês (literatura e análise); mathematicas (aritmética, geometria, algebra); história imperial e do cidadão e francês.

E' ainda obrigatório para as praças e facultativo para os officiaes um dos seguintes officios; sapateiro, alfaiate, ferrador, carpinteiro, luveiro, cosinheiro, pintor, reparação de motores, músico, mecanografo, etc.

O curso do 1.º gráu compreende:

Desenvolvimento de lingua e literatura inglesa; desenvolvimento de aritmética, algebra, geometria plana e no espaço; geografia do império britânico, ilhas britânicas, America do Norte, China, Japão, e noções das outras regiões; leitura de cartas, desenho panoramico; desenvolvimento do francês. latim ou grego (á escolha) e uma lingua moderna (espanhol, portuguez, alemão, italiano ou russo).

—Para obter o diploma do curso complementar, é preciso ter a carta do 1.º gráu e fazer um curso desenvolvido das materias comprehendidas em dois dos cinco grupos (á escolha):

1.º—História do império, desenvolvendo um periodo da idade antiga e outro da moderna; geografia geral; direito e economia politica.

2.º—Mecânica, quimica, fisica, acústica, calor, luz, electricidade e magnetismo, botânica, zoologia, geologia e fisiologia.

3.º—Mechânica, electricidade, engenharia e agricultura.

4.º—Teoria e pratica do commercio, contabilidade e lei comercial.

5.º—Teoria e pratica da música, desenho, história da Arte.

Trata-se, pois, nestas escolas de completar o ensino militar com um ensino de cultura geral, desenvolvendo as faculdades mentais e preparando o cidadão para a luta da vida, frizando-se bem que a caserna não estiola o cidadão, antes o aperfeiçoa.

A escola de Shorncliffe é constituída por 36 pavilhões de madeira, forrados de zinco, e todos de igual capacidade, excepto os destinados á leitura e a teatro, que são muito mais extensos.

—Os pavilhões destinados a officiaes estão divididos em cinco habitações independentes; os destinados ás praças formam dormitórios para 25 individuos.

Ha pavilhões destinados a conferências, a bibliotecas, a salas de jogo e bilhar, a secretaria, a sapataria, alfaiataria, barbearia, a banhos. etc. Ha ter-

reno para hortas e granjas, campos para jogos de foot-ball, base-boall, golf, lavv-tennis.

De tarde são destinadas 3 horas a alguns dêsses jogos.

As praças teem o seu refeitório sendo as refeições presididas pelo oficial de serviço.

Os oficiais com familia podem habitar e comer fora da escola, menos ás quintas-feiras, em que se reúnem todos os oficiais de grande uniforme.

V. C.

---

## CRÓNICA MARÍTIMA

---

### Alemanha

**Situação da marinha.** — Devido a insuficiências orçamentais, a marinha activa encontra-se ainda abaixo da fôrça auctorizada pelo tratado de paz, tanto em pessoal, como em material. A construção nova limita-se a um cruzador de 5.600 toneladas. As manobras táticas que se têm realizado no Báltico são muito restrictas, pela necessidade de economizar combustível. Alguns navios que brevemente deviam ser substituidos por outros novos, segundo a cláusula de idade, não o serão por falta de fundos votados para êsse fim. Em suma, a Alemanha não só está muito enfraquecida no mar, como os seus dirigentes não mostram desejos de reconstitui-la até aos limites em que lhes é permitido faze-lo.

Por enquanto, o seu máximo esforço vai para a marinha mercante, e com notavel êxito, no que é favorecida pela depreciação da moeda e pelas moderadas exigências das suas tripulações. A hipótese de que a Alemanha reorganizasse os arsenais russos, para em seguida construir uma nova fôrça de submarinos, aparentemente para a Russia, mas realmente para si, sendo mais plausivel do que as fantasias que têm corrido sôbre construções secretas na Alemanha, é contudo de difficil realização, devido ao estado de desorganização em que a missão, enviada à Russia, foi encontrar os arsenais e oficinas.

Mas, se não ha a reccar por ora um grande desenvolvimento material, o que se observa seguramente é um grande aumento na eficiência das pequenas fôrças existentes. Renovaram-se os cruzeiros de instrução no mar Báltico; os navios apresentam aquela mesma aparência militar que sempre distinguiu os navios da marinha imperial; todo o material tem a aparência de estar perfeitamente cuidado, as guarnições bem exercitadas, disciplinadas e respeitosas para com os oficiais. A imprensa scandinava comenta da maneira mais favoravel esta situação, prevendo que a Alemanha, graças à sua marinha de guerra, pequena mas eficiente, e à sua marinha mercante, que se desenvolve maravilhosamente, voltará a possuir muito brevemente o seu anterior prestígio marítimo. Em vista das condições desanimadoras em que recomeçou, os oficiais que ficaram ao serviço devem ser homens de habilidade profissional mais que vulgar para terem conseguido tanto em tão pouco tempo; e, quanto aos marinheiros, é natural que os seus antecessores políticos tenham sido investigados antes de serem admitidos. Seja como fôr, a Alemanha possui já um excelente núcleo de pessoal para a sua futura marinha, cujo desenvolvimento material será, sem dúvida, rápido logo que deixem de existir as circunstâncias de ordem internacional e interna, que obrigam às restrições actuais.

## E. U. da América

**Couraçados e aviões.** — O relatório da comissão conjunta acêrca das experiências de lançamento de bombas de aeroplanos sôbre couraçados define claramente, no ponto de vista americano, o papel dos grandes navios de linha e dos aéreos na guerra naval futura.

Sem uma marinha eficiente, em caso de guerra, uma nação tem de submeter-se a um bloqueio económico, fatal ao seu comércio e à importação das matérias necessárias à produção e aos abastecimentos de guerra.

Para que os aparelhos mais pesados que o ar possam ser eficazes na guerra naval, é preciso que possuam uma grande mobilidade e, como o seu raio de acção não é grande, a necessária mobilidade só pode ser obtida dotando-os de bases móveis, isto é, de navios porta-aviões. Até ao presente, nenhum avião capaz de transportar uma bomba eficaz contra um grande navio, tem podido largar ou descer no convés de um porta-aviões, o que não quer significar que tal não venha a ser possível no futuro.

Os navios porta-aviões estão sujeitos a serem atacados por navios armados de peças, torpedos ou bombas, pelo que necessitam, como todos os outros tipos de navios, do apoio dos navios capitais.

O couraçado constitui ainda hoje a espinha dorsal da armada, o baluarte da defesa do Estado no mar, e assim permanecerá enquanto fôr vital para o êxito na guerra uma navegação marítima segura, tanto para fins de comércio, como de transporte. O aeroplano, como já antes o submarino, o destroyer e a mina, aumentou os perigos a que os navios de linha estão sujeitos, mas não tornou obsoleto o navio de linha, que continúa sendo o maior factor da fôrça naval.

O desenvolvimento da aviação, em vez de fornecer um instrumento económico de guerra, que conduzisse à abolição do couraçado, apenas aumentou a complexidade da guerra naval. As experiências feitas mostraram que é indispensavel, em matéria de defesa nacional, dar o maior desenvolvimento à aviação, tanto no exército, como na marinha, e que são necessários porta-aviões da maior tonelagem e velocidade, para que a armada possa utilizar o poder ofensivo e defensivo que possuem os aéreos, como adjunctos eficazes, dentro do seu raio de acção. E' igualmente essencial desenvolver o armamento anti-aéreo dos navios.

## França

**Reconstituição da Armada.** — Além das 33 novas unidades, que serão começadas este ano — cruzadores, destroyers e submarinos — o orçamento inclui verbas para a reconstrução dos *dreadnoughts* em serviço, aumentando-se o alcance da sua artilharia e torpedos e a defesa contra as explosões submarinas. A regulação do tiro anti-aéreo, a defesa contra submarinos e aeroplanos, assim como os sistemas de sinais rádio-telegráficos recebem uma atenção especial. As despesas com a aeronáutica naval sobem a 37 milhões de francos em 1922 e 62 milhões em 1923, aumento este justificado pela urgente necessidade de novos hidro-aviões, novos hangares e também de uma instrução mais intensiva. Esta verba não inclui a transformação do couraçado *Béarn* em porta-aviões.

**Influência da conferência de Washington.** — Se o amor próprio francês se ressentir ainda das restrições que à França foram impostas na Conferência de Washington, a opinião naval começa a considera-la como um daqueles males que vêm por bem. Prevalece, efectivamente, a opinião de que o limite de 35.000 toneladas, imposto aos navios de linha, não permite satisfazer às várias exigências novas, de caracter tanto ofensivo, como defensivo. As experiências feitas com projecteis de artilharia e bombas, contra o «Thuringen», em Gâvres, e contra o «Prinz Eugen», no Mediterrâneo, a maneira como se viu que especialmente as torres e as chaminés eram facilmente destruidas, ao mesmo tempo que as placas de couraça de 30 cm. se mostraram

incapazes de resistir à acção dos projecteis às distâncias de combate, tudo isto, depois de uma série de estudos e de experiências de laboratório, levou os técnicos de Paris a concluir que todas as armadas de combate existentes são (tecnicamente falando) obsoletas e de fraco valor guerreiro; e que, quando no projecto de um navio de linha se tomem as disposições de defesa contra projecteis perforantes, ou de gases, e contra as bombas, torpedos e minas, reconhecer-se ha que é impossível obter-se um couraçado rápido e poderosamente armado, com uma tonelagem inferior a 50.000, e que mesmo este número não bastaria para dar o couraçado ideal.

**Manobras navais.**— A série de manobras, realizadas em Agosto, entre a esquadra do almirante Salaun e as fôrças de defesa costeira dos almirantes Lequerré e Schwerer, fornecem valiosos ensinamentos. O seu objectivo deixou de ser o costumeado exercício de bloqueio ou um combate de esquadras, preferindo-se estudar novos problemas de defesa costeira, correspondentes às actuais condições balísticas e aéreas. Alguma luz se fez sobre o valor das flotilhas costeiras para o domínio das aguas territoriais e de passagens estreitas. Fortalezas estratégicas, como Brest, virão a ser factores de ofensa, com raio de acção sempre crescente, devido à multiplicação do número de grandes submarinos, hidro-aviões e dirigíveis, e pequenas ilhas, tais como Ouessant, Groix e Belle-Ile, desempenharão no futuro um papel importante na defesa das costas. Mas, além de tudo, reconheceu-se que será necessária uma fôrça muito numerosa e dispendiosa, juntamente com uma nova organização, para guardar eficazmente as cidades do litoral contra ataques de surpresa dos aviões, levados até distâncias relativamente pequenas das costas pelos seus porta-aviões.

**Revivescência dos dirigíveis na marinha.**— Produz-se actualmente uma grande mudança de opinião na marinha francesa relativamente à utilização dos dirigíveis e à preparação da guerra aeronáutica. Os técnicos franceses, que fizeram investigações na Alemanha e estudaram as possibilidades do hélio e de um outro gaz não inflamavel, trouxeram novas idéas ao ministério. O almirante Lanxade, depois de nomeado director de aeronáutica, decidiu reviver o serviço dos dirigíveis e treinar as suas guarnições e, desde Maio, dirigíveis grandes e pequenos têm efectuado os seus exercícios em cooperação com aviões de caça, sem que se tenham produzido accidentes dignos de menção. Entre os cruzeiros feitos, nota-se o do dirigível flácido «A. T. 10», da base de Brest, em exercícios costeiros, o qual se manteve no ar durante dias, avançando até 200 milhas para o mar, ao encontro da esquadra do almirante Salaun, e dirigindo pela t. s. f. repetidos ataques de submarinos, que teoricamente puseram fora de acção os couraçados do Toulon.

**Perda do «France».**— Na madrugada de 26 de Agosto, este couraçado, ao regressar ao seu fundeadouro, na baía de Quiberon, depois de efectuar exercícios de artilharia, encalhou, sofrendo um extenso rombo, pelo qual a água penetrando apagou as fornalhas, pondo ao mesmo tempo fora de acção as bombas do navio. Este, impossibilitado de manobrar, foi levado pela fôrça da corrente sobre outro baixo. Acudiu o «Paris», que salvou a guarnição, com excepção de três homens.

## Inglaterra

**Couraçados ou aviões?**— Sir Percy Scott continúa a sua campanha a favor dos aéreos, baseando-a na inutilidade actual dos navios capitais. Insurge-se contra a projectada construção de dois destes navios, sem nenhum fim útil, quando falta o dinheiro para a construção de aéreos, que elle considera como a primeira linha de defesa para salvaguarda do país: «Construir estes dois navios (se tivéssemos dinheiro para desperdiçar) seria apenas uma loucura, mas construí-los quando carecemos dos 50 milhões que elles custam para a

nossa defesa aérea, é positivamente criminoso, porque é convidar uma potência europeia a vir destruir-nos.»

Neste importante assunto o ponto de vista do Almirantado foi claramente definido. Sem depreciar o valor do serviço aéreo, não admite que este signifique o fim da marinha inglesa, afirmando ter sido descoberto e incorporado nos projectos dos novos navios um antidoto para os dois novos métodos de ataque do ar, o torpedo e a bomba.

A argumentação dos contraditores de Sir Percy Scott não é, porém, das mais sólidas. Assim, o «*Naval & Military Record*» diz: «O quer que possa afirmar-se a favor ou contra a construção dos nossos novos couraçados, eles serão em todo o caso iguais senão superiores a quaisquer grandes navios pertencentes a nações estrangeiras, e se os ameaça a possibilidade de poderem tornar-se antiquados antes de tomarem lugar na armada, o mesmo não deixará de ser verdadeiro relativamente aos últimos navios capitais construídos pelas outras potências. É, sem dúvida, discutível, se navios como o *Hood* e o *Colorado* ou o *Mutsu* terão algum valor real em operações navais que venham a dar-se, por exemplo, daqui a cinco anos; mas é exactamente porque se não pode dar uma resposta definida a esta pergunta, num ou noutro sentido, que o Almirantado prefere proceder pelo seguro, e resolveu prosseguir com a construção dos dois navios.»

A situação presente é tal que, a não se construírem estes navios, a marinha britânica teria apenas uma unidade de batalha *post-jutlândia*, contra três americanas e duas japonesas, e o Conselho do Almirantado entendendo, que o navio *post-jutlândia* continúa a ser o mais poderoso tipo de elemento de combate no mar, não poderia aceitá-la. O grande navio, diz ainda o *Naval & Military Record*, pode estar, ou pode não estar antiquado, mas em qualquer caso ele conserva-se enquanto o principal símbolo do poder naval e a força de uma armada para a guerra se avaliar ainda pelo número de grandes navios que possui. Este é o argumento que impressiona muito mais a opinião inglesa do que a suposta invulnerabilidade dos novos navios. Se a Inglaterra abandonasse todos os grandes navios e mantivesse uma grande força de aéreos, com os respectivos porta-aéreos, navios ligeiros de superfície e submarinos, concebe-se que possuísse assim uma marinha que fôsse superior a todas as outras em potência de combate. Mas o seu prestígio sofreria certamente da ausência dos grandes navios, e o prestígio é um factor importante para o Império Britânico.

**Política aérea.**—A situação em Inglaterra, no que diz respeito à preparação da defesa aérea é positivamente grave. Conforme foi reconhecido pelo próprio governo, a Inglaterra encontra-se presentemente impotente no ar, não podendo defender-se se fôsse atacada naquele elemento. A política seguida pelo governo a este respeito é considerada como um verdadeiro fracasso, que conduzirá o país ao desastre, a não se mudar rapidamente de orientação.

O *Naval & Military Record* diz que se torna indispensável a criação de uma reserva aérea, concedendo-se os subsídios necessários a esse fim, porque «a despesa equivalerá a um prémio de seguro contra um ataque do ar». O governo parece estranho à impaciência com que todo o país considera o problema do ar, impaciência que pode transformar-se em pânico, levando a uma extraordinária despesa na realização de projectos elaborados à pressa e à última hora.

**O Almirantado e a defesa aérea**—O Almirantado, que desde o início mostrou o seu descontentamento quanto à aviação única, que resultou da criação do Ministério do Ar, tomou definitivamente posição contra o sistema actual. O Primeiro Lord, em um recente discurso fez declarações categóricas a este respeito. Nem o Almirantado nem a Armada se opõem ao desenvolvimento do Serviço Aéreo, reconhecendo que a aviação se tornou tam vital para a Marinha, como o torpedo. Mas o que é necessário é que o serviço aéreo da Marinha, que é uma parte da Armada, esteja sob o seu contróllo, do mesmo modo que a artilharia ou o torpedo. A única queixa que o Almiran-



tado tem a fazer contra o serviço aéreo é que, em primeiro lugar, se não desenvolve com a necessária rapidez, e em segundo lugar, que não está sob o contrôlo da Marinha. Não é isto decerto um facto novo, sómente podendo constituir surprêsa que o Almirantado tenha aquiescido durante tanto tempo a suportar um órgão que é incompatível com um serviço aéreo eficiente e adequado de cooperação com a Armada.

Toda a dificuldade actual reside em que as exigências de ordem aérea da Marinha são em grande parte ditadas por pessoas que são, quer soldados, quer influenciados pelo serviço militar, e consequentemente incapazes de apreenderem o facto da existência de uma diferença quasi fundamental entre as forças aéreas navais e terrestres. Na opinião geral da marinha inglesa o serviço aéreo único ficou muito desacreditado pela experiência feita, e deve ser posto de parte sem demora.

A diferença de opinião entre os dois ministérios acentuou-se ultimamente ainda na parte relativa aos dirigíveis, que o Almirantado considera de muita importância adquirir para serviço naval. Mas o ponto fundamental é que a Marinha tem sido altamente prejudicada pelo Ministério do Ar, insistindo por isso justamente por libertar o seu serviço aéreo das garras paralisadoras de burocratas incompetentes.

**Exercícios de ataque aéreo.**—Em 7 de Julho efectuou-se durante os exercícios da esquadra do Atlântico, um ataque aéreo, com torpedos. A nota do Almirantado a este respeito diz: «De forma a conceder prática aos torpedo-planos, a armada aproximou-se até algumas milhas da base aérea, durante o dia e a pequena velocidade, em dia determinado e a hora indicada de ante-mão. Não houve pois, surprêsa e as condições eram essencialmente irreais. Além disto, como é inevitável em todos os exercícios de paz, a armada oferecia um alvo que não resistia aos aviões, cujo ataque não foi perturbado por qualquer acção contra-ofensiva, quer por interferência dos aéreos da Armada, quer por coberturas de cruzadores ligeiros ou destroyers, quer por tiro de artilharia grossa, média ou anti aérea dos navios de linha.

«Os aereos puderam desenvolver assim toda a sua acção offensiva, enquanto a Armada estava privada de se defender de qualquer maneira. Apesar destas condições favoráveis o número de acertos obtidos sobre a linha de combate foi pequeno e de pequena importância táctica. As circunstâncias foram tam irreais, que não podem deduzir-se destes exercícios nenhuma lição práticas relativamente à segurança da Armada».

**Torpedeiros do ar.**—O novo torpedo-plano *Dart* transporta um torpedo que pesa 1.400 lbs. e é destinado a operar sob a protecção de aparelhos de exploração. O método de ataque é simples. O *Dart* desce e lança o seu torpedo quando está a cerca de 3 metros da água. O torpedo segue na direcção em que o aparelho ia navegando, por forma que se pode dizer que a pontaria é feita pelo piloto. Quando necessário, o aparelho pode descer no mar. As azas, de dobrar, permitem que o aparelho seja facilmente transportado. Sendo necessário, pode andar à velocidade reduzida de 36 nós, qualidade esta da maior utilidade na acção.

**A construção naval futura.**—Sobre este palpitante assunto, o director da construção naval inglesa leu uma memória na reunião de verão da *Institution of Naval Architects*, em Paris, em Julho último. Em primeiro lugar, o grande desenvolvimento que tomou o ataque submarino obrigou a prestar uma atenção especial à protecção das obras vivas, podendo tomar-se actualmente como um axioma que os navios capitais devem ter uma grande proporção de tonelagem atribuída àquela protecção. A facilidade com que foram postos fóra de acção os navios antiquados, quando atingidos por torpedos ou minas deveu-se à sua inferior protecção nas obras vivas e ao facto de muitos deles serem dotados de ant. paras longitudinais centrais, que os obrigavam a inclinar-se quando avariados, afundando-se muitos por este motivo. Este defeito foi remediado e nenhum dos navios recentes se perdeu por efeito de torpedo inimigo.

A segunda consideração nos projectos de navios post-guerra refere-se às distâncias muito maiores a que se travam as acções. Antes da guerra julgava-se que os combates se travariam a menos de 9.000 metros, distâncias às quais os ângulos de queda não excediam  $15^\circ$ , ao passo que às distâncias maiores a que se combateu, aqueles ângulos podem exceder  $30^\circ$ . Para tais ângulos, as cobertas apresentam um alvo maior do que os flancos e, com as espessuras de coberta antigas, um tiro feliz, que entrasse num paiol, poderia destruir um navio num momento. Torna-se, pois, necessário aumentar o mais possível a espessura das cobertas protegidas, ao mesmo tempo que deve conservar-se a cintura nas proximidades da flutuação, de forma a defender esta região e manter a estabilidade do navio. A nova ameaça aérea exige igualmente novas formas de protecção, especialmente nas cobertas. Todas estas considerações levam a navios maiores e mais dispendiosos.

Experiências feitas têm levado ao convencimento de que é possível construir ainda hoje estes navios razoavelmente seguros contra os ataques submarinos e de bombas dos aéreos, lançadas na água junto ao costado, e que às cobertas se pode dar a espessura necessária para resistirem ao tiro às grandes distâncias, ou às maiores bombas que actualmente se fabricam, desde que se não exijam do construtor percentagens anormais de deslocamento para empregar no armamento de artilharia e na velocidade.

Uma outra memória lida na mesma reunião pelo engenheiro construtor naval, italiano, major L. Fea, relativa às consequências da Conferência de Washington para a construção naval, versa igualmente assunto da maior actualidade. Tratando da defesa contra o ataque submarino, diz que os três sistemas que têm probabilidades de ser conservados são o sistema de *buiges* inglês, o sistema americano de compartimentagem estanque e o sistema de acção hidro-dinâmica do coronel Pugliese, e julga também que quaisquer que sejam as consequências da decisão de Washington, relativas à abolição dos gases asfixiantes, será necessário dotar os navios de um sistema de defesa contra estes.

Todas as formas de protecção estão actualmente assumindo grande importância, como o mostra o facto de em um navio como o *Hood*, que é essencialmente um navio de ataque, o peso da protecção ser três vezes superior ao que é destinado à ofensa. Os principais meios de reduzir os deslocamentos, em conformidade com as restrições de Washington, estão no emprêgo de materiais mais perfeitos, na generalização da soldadura autogénia, em lugar da cravação de rebites, e na incorporação dos elementos protectivos com os estruturais, sendo este último meio o que mais promete para o futuro. Em conclusão, disse o conferente, conviria notar que, com os melhoramentos que são necessários, o navio com a tonelage máxima de 35.000 toneladas, imposta pelo acôrdo de Washington, não virá a custar aos vários govêrnos menos do que o actual navio de 50 toneladas.

**A primeira linha de defesa.** — Até ha pouco, como tal era considerada a marinha. Hoje, porém, começa a apreciar-se a importância de defender o território nacional contra uma invasão aérea, e isso não pode faze-lo a marinha. Esta deixou, pois, de desempenhar a sua primitiva função principal — defender a aproximação do inimigo das costas das Ilhas Británicas. Continúa a ser, sem dúvida, indispensável ao Império a existência de uma marinha não inferior à de qualquer outra potência; mas essa marinha não basta para dar a garantia de segurança nacional, pois, sendo a marinha ainda hoje capaz de salvaguardar as comunicações marítimas e assegurar os abastecimentos, não pode impedir as destruições feitas no território pelo inimigo. O que se diz da marinha aplica-se igualmente ao exército, e qualquer que seja a força de uma e de outro, são ambos inteiramente incapazes de protegerem uma cidade da Gran Bretanha contra as bombas de um inimigo aéreo.

Em uma guerra contra uma potência continental, os primeiros golpes que esta despediria contra a Inglaterra não seriam por terra ou por mar, mas pelo ar e na opinião de algumas autoridades, estes golpes seriam bastante

violentos para serem decisivos. Em tais condições ¿ de que serviria saber que a marinha continha em respeito a armada inimiga e assegurava as comunicações marítimas, ou que o exército se mantinha na Mesopotâmia ou na Palestina? O pânico local era inevitável, e bom seria se não fôsse até o ponto de paralisar em grande parte a organização social e industrial, forçando a aceitar a derrota logo nas primeiras fases do conflito.

Por tudo isto, é indispensável reconhecer a parte predominante que o poder aéreo tem de desempenhar no futuro na defesa do território, alterando convenientemente a proporção de despesas orçamentais atribuídas a cada um dos três serviços, fazendo a marinha e o exército inevitáveis sacrifícios, a favor da nova arma.

**Ministério do ar.**—Este ministério tem sofrido ultimamente severas e bem merecidas críticas, pela sua incapacidade para fornecer ao exército e à armada os elementos de aviação de que carecem, e por não ter constituído uma força aérea para a defesa territorial, apesar de ter despendido prodigamente em construções e em pessoal. Por tudo isto, em certos centros começa a considerar-se a vantagem de o suprimir, transferindo as suas funções para os ministérios da guerra e da marinha. Ha, sem dúvida, vantagens na existência de forças aéreas especiais para os serviços do exército e da marinha, cada uma delas sob o contróllo independente do respectivo ministro; mas isso não resolve o problema da defesa aérea do Estado. Efectivamente, existe em geral acôrdo em que o único meio de proteger o país contra o ataque devastador do ar é ter sempre disponível uma força aérea independente, cuja única função seja repelir um tal ataque, quer indo ao encontro dos invasores durante o seu trajecto, quer, melhor ainda, atacando-os no seu próprio território.

Surge então a questão: ¿Estará a marinha ou o exército em condições de manter para êste fim uma força aérea suficiente e de a empregar principalmente, se não exclusivamente, em tal função especial? Durante a Grande Guerra, a criação de uma força aérea independente para levar a guerra ao território alemão encontrou forte opposição da parte das autoridades militares, que sempre recalcitavam contra a retirada de aparelhos para o que chamavam uma demonstração acessória; e não ha razão para supôr que a sua attitude seria diferente em caso de guerra futura. Tal é a principal razão para se considerar como essencial a manutenção do ministério do ar, como elemento de uma conveniente organização da defesa territorial das Ilhas Britânicas.

**As armadas dos Domínios.**—O Almirantado enviou recentemente um memorandum ao governo da Nova Zelândia, no qual recomenda a constituição de uma pequena esquadra de navios de alto mar e a expansão gradual desta força à medida que as circunstâncias o permitam, por novas unidades, de preferência cruzadores ligeiros e submarinos; aconselha, além disso, a preparação de facilidades locais para a manutenção dos navios, tais como docas e bases de reparação, depósitos de combustível e de outros abastecimentos, e o recrutamento de um pessoal adequado.

O problema da protecção do comércio em tempo de guerra é igualmente considerado, alvitrandose que a artilharia e outras disposições para os navios mercantes armados defensivamente, assim como tripulações exercitadas para guarnecerem êstes navios e os de escolta, que seja necessário armar em uma emergência, estejam sempre disponíveis. Em seguida refere-se á defesa costeira e dos portos, fazendo várias propostas para a sua organização, incluindo a formação de flotilhas para a dragagem de minas.

Incidentemente deve notar-se que a menção dos submarinos como um tipo de navio conveniente para as necessidades navais dos Domínios indica que os discursos feitos na Conferência de Washington condenando êstes barcos como inúteis, para qualquer fim a não ser a destruição do comércio, não reflectia de modo algum o ponto de vista do Estado Maior Naval inglês.

**O ataque aéreo e a protecção dos navios.**—Sir Philip Watts, antigo construtor chefe da marinha britânica e a quem se deve a criação do tipo «Dread-

nought», ocupa-se dêste palpitante assunto em uma carta ao «Times». Ainda mesmo, diz êle, que a aviação não tivesse entrado na categoria das circunstâncias adversas ao navio capital, que o construtor precisa de encarar, o grande aumento do alcance da artilharia naval suscitou um problema muito semelhante, pois que um projectil lançado à distância de 20.000 jardas possui uma trajectória tam alta, que consome o que os artilheiros chamam a sua velocidade restante.

Pode bem suceder que os métodos de ataque produzam uma verdadeira revolução em todo o sistema de protecção couraçada. Visto que o navio capital está no futuro mais ameaçado de um ataque do ar ou por baixo de água, do que pelo fogo directo sôbre o flanco, é possível que o seu couraçamento de cintura tenha de ser transferido para a coberta, e que a protecção lateral passe a ser realizada por meio de *blisters* (bôjos) e compartimentagem celular.

É provavel que um dos pontos importantes que as experiências de ataque de aviões contra navios couraçados tenham de resolver seja o valor relativo da protecção lateral e das cobertas, nas condições actuais. Concluindo, Sir Philip Watts manifesta-se fortemente a favor da política do Almirantado decidindo a construção de dois novos couraçados.

**Lançamento de bombas de aéreos.**—Nas experiências feitas contra o «Agamemnon», o número de acêrtos foi apenas de 3%, sendo os lançamentos feitos a 2.400 metros, provavelmente a mínima altitude a que pode ser tentado um ataque diurno em face da defesa anti-aérea. Apesar das anunciadas invenções de aparelhos de pontaria de grande precisão, o lançamento nestas condições continua a ser uma operação muito aleatória. Maiores probabilidades de êxito parece ter o lançamento de noite, a pequena altura, fazendo preceder os bombardeiros por outros aparelhos que, lançando projecteis luminosos, iluminassem os alvos sem deixar ver os assaltantes.

**Pêrda do «Raleigh».**—O grande cruzador ligeiro «Raleigh» perdeu-se por encalhe na costa do Labrador, em consequência de nevoeiro. O salvamento da sua guarnição fez-se em condições particularmente difíceis, e deveu-se em grande parte ao arrôjo e perícia do official de navegação, tenente Hopper, que, com uma guarnição de voluntários, largou de bordo numa embarcação a fim de passar um cabo de vai-vem entre o navio e os rochedos. Prevendo o perigo de se virar a embarcação, devido à agitação do mar, o tenente Hopper prendeu o cabo em volta da cintura e não à embarcação. A meio da travessia esta virou-se, e da sua guarnição só o tenente conseguiu chegar a terra. Trepando a rocha, fez o cabo fixe, começando logo o salvamento. Na manhã seguinte chegaram os cruzadores Capetown e Calcutta, que receberam a guarnição já recolhida em terra.

## Japão

**O novo programa.**—Comunicações officiais de Tokio confirmam que o novo programa de «navios auxiliares», segundo a designação que lhe deu a Conferência de Washington, foi aumentado, devendo ser construidos 4 cruzadores de 16.000 toneladas e 4 de 7.000 (além de 16 cruzadores, que se supõem actualmente em construção), 24 destroyers com a tonelagem total de 33.000 toneladas e igual número de submarinos, com a tonelagem de 28.166. Os 4 cruzadores de 10.000 toneladas serão os maiores e os mais poderosos daquele tipo, construidos nos últimos anos, representando o limite de deslocamento prescrito para os navios desta categoria pelo acôrdo de Washington, sendo natural que o seu armamento seja também do calibre limite prescrito, isto é, 20 cm. Dos 24 destroyers alguns serão de grande tonelagem, apenas inferiores aos chefes de flotilha ingleses.

Quanto aos submarinos diz-se que o Japão abandonou o tipo puramente costeiro, estando a construir principalmente navios de alto mar de tonela-

gem moderada, e alguns grandes submarinos de tonelagem e raio de acção comparáveis aos dos submarinos alemães.

**Os efeitos do acôrdo de Washington.**—O Ministro da Marinha iniciou as reduções do pessoal em excesso, como consequência do acôrdo de Washington. Aos oficiais e praças dispensados será concedida uma pensão pecuniária. O número de oficiais atinge algumas centenas e o das praças pelo menos 10.000; quanto ao pessoal dos arsenais, parece que não será feita redução alguma. De forma a compensar a diminuição de potência militar, resultante de se não completarem os grandes navios em construção, será consideravelmente reforçado o serviço naval aéreo, prosseguindo também com a maior rapidez o trabalho de transformação dos cruzadores de batalha *Amagi* e *Akagi* em porta-aéreos. Cada um destes navios, que desloca 26:000 toneladas, pode receber 50 aparelhos.

## Russia

**Minas no Báltico.**—Resta ainda por fazer uma grande parte do trabalho de rocega, para que a navegação no Báltico se possa considerar segura. No golfo de Finlândia há ainda campos minados intactos, além de um número considerável de minas à deriva: na parte norte do golfo as autoridades finlandesas têm melhorado consideravelmente a situação, mas no sul e na parte norte e nordeste do Báltico pouco se tem feito. A oeste de Revel, por exemplo, existe um campo intacto, que se estende para noroeste até às águas territoriais finlandesas, e para oeste até ao Báltico. Durante este verão uma numerosa flotilha de rocega procederá à remoção deste campo minado, esperando-se melhorar por este modo consideravelmente as condições da navegação no Báltico.

**Estado da marinha bolchevista.**—Segundo uma publicação oficial do Almirantado inglês, só dois dos couraçados da esquadra do Báltico estão em estado de eficiência—o «Marat» (Petrovlovsk) e o «Paris Commune» (Sebastopol) de 23.000 toneladas; os outros dois do mesmo tipo, «Gangut» e «Poltava» não possuem presentemente valor militar. Quanto aos cruzadores de batalha «Navarin», «Borodino», «Izmail» e «Kimburn», de 32.500 toneladas, armados com XII peças de 35,6 cm., nenhum deles está completo e os trabalhos de construção estão paralisados. Dos quatro cruzadores ligeiros de 6.800 toneladas e XV peças de 14 cm., dois apenas foram lançados ao mar, mas a construção não prossegue. Os antigos cruzadores «Rurik», «Bayan» e «Alm. Makaroff» não possuem actualmente valor algum militar. A flotilha de destroyers, que possui no papel noventa unidades, só tem 18 efectivas. Quanto a submarinos, ha dezasseis barcos efectivos, a maioria de 650 toneladas à superfície, parecendo que não ha outros em construção.

A esquadra do mar Negro pode considerar-se como não existente, tal o seu estado de ineficiência actual.

## Suecia

**Novo programa naval.**—Em Novembro de 1920 foi nomeada uma comissão para estudar a questão da defesa nacional. O seu relatório foi já publicado, e na parte relativa à marinha é de interesse consideravel. Recomenda um programa de construção abrangendo os seguintes navios: 3 couraçados de defesa costeira de novo tipo, 12 destroyers, 6 submarinos de primeira classe, 3 submarinos lança-minas, 22 caça-submarinos, 12 torpedeiros a motor de combustão e 6 barcos vedetas, devendo tudo estar completo no fim de 1934. Quanto ao material mais antigo, recomenda a reconstrução de algum dele.

O custo da construção dos novos navios é estimado em 106.150.000 corôas, o de reconstrução dos navios da classe «Sverige» em 900.000 e o de navios mais antigos em 1.200.000. Recomenda-se também a reorganização do serviço da aviação naval, no que se despenderia 1.500.000.

O programa foi elaborado tendo em atenção o estado das finanças nacionais. No passado tem sido o povo, mais que o governo quem tem insistido pela conservação das defesas do país à altura das suas necessidades, devendo recordar-se que o couraçado «Sverige» foi construído há dez anos por subscrição popular, depois de o governo se ter recusado a sancionar a despesa da sua construção.

B. S.

## BIBLIOGRAFIA

### I — LIVROS

#### França

- 1 *Instruction provisoire sur le service en campagne de l'artillerie.* — Limoges. impr. éditeurs Charles Lavauzelle et C.<sup>ie</sup> Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint Germain. 1922. In 12, 132 p.
- 2 *Instruction relative au concours d'admission à l'École Spéciale militaire en 1922.* Limoges, impr. et libr. Charles Lavauzelle et C.<sup>ie</sup> Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint Germain, 1921. In-8.<sup>o</sup>, 20 p.
- 3 *Instruction du 4 mai 1911 relatives aux soins à donner aux chevaux dans les corps de troupe.* Paris, Impr. nationale. 1911 (14 Février 1922) In 12, 36 p.
- 4 *Instruction pratique provisoire sur le service dans un fort de la zone principale de défense.* — Paris. Impr. nationale. 1921 (14 février 1922) In-12, 40 p.
- 5 *Instruction sur l'organisation du terrain à l'usage des troupes de toutes armes.* Première partie. — Paris, Impr. nationale. 1921. (14 février 1922.) In-12, 78 p. avec figures.
- 6 Girard (Georges). — *Le service militaire en France à la fin du règne de Louis XIV.* Racolage et milice (1701-1715). — Paris, impr. libr. éditeurs Flan-Nourrit et C.<sup>ie</sup> 8, rue Garancière. 1922 (20 février.) In-8, XV — 342 p. et fac similes 20 fr.
- 7 Ludendorff (général Erich). — *Documents du G. P. G. allemand sur le rôle qu'il a joué de 1916 à 1918.* Premier quartier maître général des armées allemandes. I. Le Renforcement de la puissance militaire allemande avant la guerre. L'Utilisation des forces vives de la nation durant la guerre, service auxiliaire, renforts pour l'armée travailleurs pour l'industrie. La Question financière, salaires et bénéfices de guerre. Le Programme Hindenburg. Le Charbon. L'Agriculture. L'Alimentation. Le Logement. Politique Sociale et assistance aux soldats. L'Enseignement patriotique dans les corps de troupe. Presse et propagande. Lagny, impr. E. Grevin, Paris, Payot et C.<sup>ie</sup>, 106, boulevard Saint Germain. 1922. In 8. 444 p. 15 fr.
- 8 *Manuele d'infanterie à l'usage des sous officiers, des candidats sous officiers, des caporaux et élèves, caporaux, conforme aux programmes en vigueur avec instructions ministerielles mises à jour relatives aux épreuves sanctionnant la préparation au service militaire, de la jeunesse.* 44<sup>3</sup> édition 1922. — Limoges, impr. éditeurs Charles Lavauzelle et C.<sup>ie</sup> Paris, libr. de la même maison, 124, boulevard Saint-Germain. 1922. In-12 XXX — 1086 p. avec figures.
- 9 *Manuel du matelot gabier,* approuvé par décision ministérielle au 19 mars 1921, sus en service par circulaire du 10 avril 1921. — Paris, Impr. nationale. 1921 (30 mars 1925.) In-16, 163 p. avec figures en noir et en couleurs.

## II — PERIÓDICOS

**Portugal**

- 1 *Boletim da Sociedade de Geografia*, n.º 56 de Março-Junho de 1922. O feito de Fernão de Magalhães.
- 2 *O Instituto*, n.º 6 de Junho de 1922. Verney e o método de estudar. Memória acêrca dum caso de perturbação climática. Etc.  
N.º 7 de Julho. Os portugueses nas Memórias de Casanova. Etc.  
N.º 8 de Agosto. Em torno da palavra «Couto». A propósito da prentensa acção terapeutica do rapé. Etc.

**Brasil**

*Boletim do Estado Maior do Exército*, n.ºs 1 e 2 de Janeiro a Junho de 1922. Notas editoriais. Os factores materiais na guerra moderna. Etc.

**Chile**

*Revista de Marina*, n.º 389 de Junho a Agosto de 1922. Causas politicas ocultas de la guerra submarina alemana. El analisis armonico de las mareas.—Su aplicacion en los trabajos hidrograficos—Las mareas en la costa do Chile son irregulares — Nivel de reduccion. Etc.

**Colombia**

*Memorial del Estado Maior del Ejército de Colombia*, n.º 120 de junho de 1922. Decreto n.º 703 de 1922 sobre honores al señor General don Gabino Hernández. Repatriación de los restos del coronel ecuatoriano don Carlos Montúfar. Etc.

N.º 121 de Julho. Festejos patrios. Alocución del Primer Designado encarregado de la Presidencia de la Republica.

N.º 122 de Agosto. D. Carolina Oleary Soublette de Portocarrero. Etc.

N.º 123 de Setembro. Centenario del Brasil. Etc.

**Cuba**

*Boletín del Ejército*, n.º 78 de Agosto de 1922. Terminacion del curso 1921-1922. El deber. La ciencia de la guerra. Etc.

**Equador**

*El Ejército Nacional*, n.º 6 de 1922. Anhelos—Importancia del Estudio de la Historia Militar. Etc.

**Espanha**

1 *La Guerra y su Preparación*, n.º 7 de Julho de 1922. Sobre la guerra europea, 1914-18. Portugal — Raid aéreo Lisboa-Río de Janeiro. Reclutamiento de oficiales en el Ejército Portugués. Etc.

2 *Memorial de Artillería*, n.º de Setembro de 1922. Un acierto Artillero — E lorza en el Pedroso. Un plano de estudios para nuestra Academia. Etc.

3 *Memorial de Caballería*, n.º 75 de Setembro de 1922. El porvenir de la Caballería. Caballos bretones. Etc.

4 *Memorial de Infantería*, n.º 128 de Setembro de 1922. De nuestro concurso. Encuesta del Memorial de Infantería.

N.º 129 de Outubro. Cuarto concurso del Memorial de Infantería. Etc.

**França**

1 *La Revue d'Infanterie*, n.º 360 de Setembro de 1922. La crise de l'infanterie La théorie allemande de l'organisation des positions d'après les réglemenst de la guerre et l'après-guerre. Etc.

N.º 361 de Outubro. Etude sur la couverture. Autres réflexions sur l'Infanterie. Etc.

N.º 362 de Novembro. L'Exercice du commandement et les Forces morales. Analyse sommaire du Règlement d'infanterie anglais. Etc.

2 *Revue Militaire Générale*, n.º 8 de Agosto de 1922. *Pouvions-nous continuer à combattre*. Etc.

### Italia

*Rivista de Artiglieria e Genio*, n.º de Abril e Maio de 1922. Nel XXV anniversario della scoperta del Marconi. Il tiro d'artiglieria al disopra della fanteria. Etc.

N.º de Junho a Agosto. Modaglia d'oro al valor militare. Il tenente generale Pompeo Grillo. Etc.

### México

*Revista del Ejército y de la Marina*, n.º 7 de Julho de 1922. Apuntes ligeros sobre las Armas Portátiles y su Evolución. La importancia de la Rapidez y de la Cooperación en las operaciones Militares. Etc.

N.º 8 de Agosto. El Sistema Dactiloscópico como medio de Identificación Militar. En pro de un Estado Mayor—Uno de tantos. Etc.

### Suissa

*Revue Militaire Suisse*, n.º 10 de Outubro de 1922. La sixième arme. Le canon d'infanterie. Etc.

### Uruguay

*Revista Militar y Naval*, n.º 23-24 de Maio-Junho de 1922. Nuestro ejército de línea, Batalla de Las Piedras. Etc.

## EXPEDIENTE

### CONDIÇÕES DA ASSINATURA

### PAGAMENTO ADEANTADO

#### Portugal e Colonias

	Ano	Semestre	Trimestre
R. M. com O. E. ou B. M. C. ou O. A. ....	6\$00	3\$30	1\$80
R. M. com O. E. e B. M. C. } R. M. com O. E. e O. A. } R. M. com B. M. C. e O. A. }	7\$00	3\$80	2\$10
R. M. com O. E.—B. M. C. e O. A. ....	8\$00	4\$30	2\$40

Número avulso da *Revista Militar* \$60

#### Estrangeiro

R. M. com O. E. ou uma das outras publicações...	7\$00
Número avulso da <i>Revista Militar</i> .....	\$70

Sôbre o preço para as Colonias e para o Estrangeiro, acresce ainda o importe do correio enquanto vigorar a actual taxa postal.

Para Portugal não se aceitam assinaturas por periodo inferior a trimestre, nem *desistência de assinaturas* senão no fim de cada trimestre civil, devendo os assinantes *avisar com antecedência* até 31 de Dezembro ou Março e 30 de Junho ou Setembro.

Para as Colonias não se aceitam assinaturas *por menos de 6 meses*, e para o estrangeiro *por menos de 1 ano*, sob condições idênticas ás indicadas para Portugal. A correspondência registada custa mais 1\$20 por ano ou \$10 por mês.

**Não se aceitam assinaturas que não incluam a Revista Militar.**

A Administração encarrega-se de adquirir e remeter aos srs. assinantes quaisquer exemplares das três publicações officiais que se distribuem, cujos preços variam conforme o número de páginas.

**Mantendo as tradições deste jornal, a direcção declina nos autores a responsabilidade das doutrinas expostas nos respectivos artigos.**